

APÊNCIDE - MATRIZ DE RISCOS DOS PROCESSOS DO IFSERTÃOPE

Macroprocesso	PROCESSO	Eventos / Riscos	Consequências / Impactos	Descrição do Risco	Análise da gestão		Análise da Auditoria Interna		Média das Análises		Resultado do Risco Inerente	Descrição dos Controles Existentes	Avaliação pela Auditoria Interna		Resultado do Risco Residual	
					Probabilidade	Impacto	Probabilidade	Impacto	Probabilidade	Impacto	RI		Avaliação prévia dos controles implantados	Fator	Risco Residual (RR)	RR
Prestação de Contas	Elaboração e publicação do Relatório de Gestão	1. Dificuldade na coleta e interpretação dos conteúdos oriundos dos outros setores institucionais.	1. Apresentação de resultados em desconformidade com a realidade institucional 2. Responsabilização em decorrência de falhas, ausência de informações e desconformidades na elaboração 3. Prejuízo à transparência e publicidade institucional		3	3	3	4	3	3,5	11	A DOAPE definiu o processo de elaboração do Relatório de Gestão, em que prevê, em uma de suas etapas, o cronograma para elaboração do documento e nele estabelece etapas de análise e revisão dos dados. Desta forma atua preventivamente, cobrando as áreas de negócio, assim que percebe uma morosidade no fornecimento das informações, sempre estipulando prazos para as diferentes etapas de elaboração do RAG. Insistindo-se os atrasos, a equipe sempre cobra a alta gestão formalmente. Esse controle atua sobre a probabilidade de ocorrência do evento, reduzindo-a.	SATISFATÓRIO	0,4	11	MODERADO
		2. Desconformidade do Relatório de Gestão quanto às informações exigidas por normativas	1. Apresentação de resultados em desconformidade com a realidade institucional 2. Responsabilização em decorrência de falhas, ausência de informações e desconformidades na elaboração 3. Prejuízo à transparência e publicidade institucional		1	3	2	4	1,5	3,5	5	A DOAPE definiu o processo de elaboração do Relatório de Gestão, em que prevê, em uma de suas etapas, o cronograma para elaboração do documento, onde são definidos prazos para revisão das orientações e normativas emitidas pelo TCU sobre a elaboração do RAG.	MEDIANO	0,6	3	BAIXO
	Atualização de organogramas institucionais	1. Inconformidade entre o organograma e as disposições dos regimentos e/ou realidade institucional	1. Dificuldade na identificação de competências e organização institucional 2. Falhas na responsabilização de servidores por não identificação dos responsáveis 3. Dificuldade na tramitação dos processos		3	3	4	4	3,5	3,5	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
		2. Não atualização dos documentos	1. Dificuldade na identificação de competências e organização institucional 2. Falhas na responsabilização de servidores por não identificação dos responsáveis 3. Dificuldade na tramitação dos processos		3	3	4	4	3,5	3,5	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
		3. Dificuldade de acesso aos documentos	1. Prejuízo à transparência		1	2	3	3	2	2,5	5		INEXISTENTE	1	5	MODERADO
	Elaboração e atualização de Carta de Serviço	1. Dificuldade em promover o alinhamento com os outros setores institucionais.	1. Desinformação ou perda de interesse dos usuários cidadãos e/ou stakeholders 2. Retrabalho 3. Diminuição ou ineficiência da Carta ou dos serviços prestados 4. Desconformidade com os serviços efetivamente prestados		5	2	5	3	5	2,5	13		INEXISTENTE	1	13	ALTO
		2. Desatualização da Carta de Serviço	1. Desinformação ou perda de interesse dos usuários cidadãos e/ou stakeholders 2. Retrabalho 3. Diminuição ou ineficiência da Carta ou dos serviços prestados 4. Desconformidade com os serviços efetivamente prestados		3	2	4	3	3,5	2,5	9	Na resolução 59/2022 do Consup, em seu Artº 4º § 1º, prevê-se que o chefe de cada setor deve enviar as informações necessárias para manter a carta de serviços atualizada. E está previsto que anualmente a DOAPE envie email para as Pró-reitorias questionando se houve alguma mudança nos serviços presentes na carta.	FRACO	0,8	7	MODERADO
		3. Desconformidade com os documentos institucionais (Regimentos, Estatuto, outros)	1. Diminuição ou ineficiência da Carta ou dos serviços prestados 2. Desconformidade com os serviços efetivamente prestados				4	4	4	4	16		INEXISTENTE	1	16	ALTO

Padronização e Sistematização das Práticas, Ações e Procedimentos Institucionais	Promoção da gestão de processos	1. Fluxograma em desconformidade com a metodologia adotada na prática	1. Prejuízo a indicadores institucionais 2. Morosidade na tramitação de processos 3. Retrabalho		1	2	3	3	2	2,5	5	A DOAPE elaborou um modelo inicial de gestão de processos, um guia e um manual que orientam a como aplicar a metodologia e utilizar o software de modelagem. Além disso, definiu diversos processos que abordam a aplicação da metodologia de gestão de processos e podem ser consultados no portal de processos institucionais na temática de gestão de processos. E no processo de executar a modelagem dos processos, existe uma etapa de análise do fluxograma realizada pela DOAPE, o que impede que seja feito e posteriormente publicado um fluxograma em desconformidade com a metodologia.	SATISFATÓRIO	0,4	2	BAIXO	
		2. Ineficiência do fluxo definido	1. Prejuízo a indicadores institucionais 2. Morosidade na tramitação de processos 3. Retrabalho	Não temos como mensurar esse evento de risco pois a responsabilidade por definir como o fluxo do processo ocorre e pela eficiência do mesmo é do chefe de cada setor. A DOAPE só ajuda na capacitação, na modelagem e publicação dos fluxos.				4	4	4	4	16		INEXISTENTE	1	16	ALTO
	Promoção da Gestão de Riscos	1. Desconhecimento acerca do processo de gestão de riscos	1. Atraso ou não implementação da gestão de riscos 2. Implantação de uma gestão de riscos inadequada 3. Mapeamento equivocado dos processos 4. Responsabilização 5. Comprometimento na prestação dos serviços 6. Prejuízo aos indicadores institucionais 7. Prejuízo aos objetivos institucionais 8. Descumprimento de exigências normativas e de órgãos de controle	Promover a gestão de riscos (documentar, ofertar treinamentos, assessorar o funcionamento do CGRC - Comitê de Governança, Riscos e Controle)		5	3	5	4	5	3,5	18	A DOAPE realizou o estudo do tema, resultando na criação da Política de Gestão de Riscos, na metodologia e na definição de um sistema para operacionalização dos setores. Também foram realizados alguns treinamentos a respeito de riscos e do sistema. No entanto, devido à urgência de outros projetos, a implantação nos setores encontra-se paralizada.	FRACO	0,8	14	ALTO
		2. Atraso na implementação da gestão de riscos	1. Atraso ou não implementação da gestão de riscos 2. Implantação de uma gestão de riscos inadequada 3. Mapeamento equivocado dos processos 4. Responsabilização 5. Comprometimento na prestação dos serviços 6. Prejuízo aos indicadores institucionais 7. Prejuízo aos objetivos institucionais 8. Descumprimento de exigências normativas e de órgãos de controle			4	3	5	4	4,5	3,5	16	A DOAPE realizou o estudo do tema, resultando na criação da Política de Gestão de Riscos, na metodologia e na definição de um sistema para operacionalização dos setores. Também foram realizados alguns treinamentos a respeito de riscos e do sistema. No entanto, devido à urgência de outros projetos, a implantação nos setores encontra-se paralizada.	FRACO	0,8	13	ALTO
		3. Falta de engajamento de setores estratégicos para a implementação	Todos os anteriores			4	3	4	4	4	3,5	14		INEXISTENTE	1	14	ALTO
		4. Ausência ou morosidade na promoção da gestão de riscos	1. Atraso ou não implementação da gestão de riscos 2. Implantação de uma gestão de riscos inadequada 3. Mapeamento equivocado dos processos 4. Responsabilização 5. Comprometimento na prestação dos serviços 6. Prejuízo aos indicadores institucionais 7. Prejuízo aos objetivos institucionais 8. Descumprimento de exigências normativas e de órgãos de controle			3	3	4	4	3,5	3,5	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO

		5. Fornecimento de informações equivocadas ou ineficazes pedagogicamente aos servidores	1. Atraso ou não implementação da gestão de riscos 2. Implantação de uma gestão de riscos inadequada 3. Mapeamento equivocado dos processos 4. Responsabilização 5. Comprometimento na prestação dos serviços 6. Prejuízo aos indicadores institucionais 7. Prejuízo aos objetivos institucionais 8. Descumprimento de exigências normativas e de órgãos de controle		3	3	3	4	3	3,5	11	A DOAPE realizou o estudo do tema, resultando na criação da Política de Gestão de Riscos, na metodologia e na definição de um sistema para operacionalização dos setores. Os ministrantes, antes da oferta do curso para outros setores, realizam de forma experimental o treinamento para a própria equipe. Nos treinamentos que a DOAPE oferta aos demais setores são solicitados aos participantes a avaliação do treinamento e dos facilitadores, para adoção de medidas de aprimoramento. A equipe também faz uma autoavaliação após cada treinamento ofertado.	FRACO	0,8	8	MODERADO
Gerenciamento dos documentos institucionais a nível estratégico	Regimento Geral e Estatuto do IFSertãoPE	1. Não atualização	1. Desconformidade com as práticas adotadas na instituição 2. Ausência de respaldo normativo para práticas institucionais	A não atualização é uma causa da ocorrência de desconformidades com outras normativas (evento 2).			3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
		2. Desconformidade com outras normativas	1. Desconformidade com as práticas adotadas na instituição 2. Ausência de respaldo normativo para práticas institucionais		3	2	3	4	3	3	9		INEXISTENTE	1	9	MODERADO
	Elaboração e Monitoramento do PDI	1. Dificuldade em promover o alinhamento com os outros setores institucionais.	1. Fragilidade no PDI elaborado 2. Inadequação dos indicadores elaborados 3. Prejuízos no alcance dos objetivos institucionais 4. Prejuízo ou fragilidade na governança		3	3	3	4	3	3,5	11	Q alinhamento para monitoramento do PDI é atribuição da Comissão Permanente de Monitoramento do PDI (CPMPDI). A DOAPE definiu um processo de elaboração e de atualização do PDI.	FRACO	0,8	8	MODERADO
		2. Fragilidade metodológica na elaboração dos indicadores	1. Fragilidade no PDI elaborado 2. Inadequação dos indicadores elaborados	Clareza na definição das variáveis e algoritmos, e atendimento a recomendações e protocolos preconizados pela literatura.	2	4	2	4	2	4	8		INEXISTENTE	1	8	MODERADO
		3. Atrasos na elaboração do PDI	1. Prejuízos no alcance dos objetivos institucionais 2. Prejuízo ou fragilidade na governança		3	3	3	4	3	3,5	11	A DOAPE definiu um processo de elaboração do PDI. Também é elaborado cronograma para o cumprimento das etapas do processo.	FRACO	0,8	8	MODERADO
		4. Ausência ou insuficiência no monitoramento do PDI	1. Prejuízos no alcance dos objetivos institucionais 2. Prejuízo ou fragilidade na governança	Se o acompanhamento é realizado na forma e no prazo adequados.	2	3	3	4	2,5	3,5	9		INEXISTENTE	1	9	MODERADO
	Regimento Interno da Reitoria	1. Não atualização	1. Desconformidade com as práticas adotadas na instituição 2. Ausência de respaldo normativo para práticas institucionais	A não atualização é uma causa da ocorrência de desconformidades com outras normativas (evento 2).			3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
		2. Desconformidade com outras normativas	1. Ausência de respaldo normativo para práticas institucionais		2	3	4	4	3	3,5	11		INEXISTENTE	1	11	MODERADO

Programa de Gestão e Desempenho - PGD	1. Ausência de acompanhamento dos resultados institucionais	1. Fragilização dos resultados no programa de gestão 2. Prejuízos no alcance dos objetivos institucionais	Os processos relacionados a implementação ou acompanhamento / monitoramento do PGD não estão sob a responsabilidade da DOAPE.			4	5	4	5	20	Ao fim de cada ciclo do PGD, a instituição, por meio dos setores técnicos, segundo normatizado, elabora os relatórios de execução do PGD, emitindo também seus pareceres e pontos a serem melhorados. No entanto, durante a execução do ciclo, alguns setores não realizam esse acompanhamento dos planos de trabalho.	FRACO	0,8	16	ALTO
	2. Não atuação nos casos previstos em normativa (Res. 34/2022)	1. Fragilização dos resultados no programa de gestão 2. Prejuízos no alcance dos objetivos institucionais				5	5	5	5	25		INEXISTENTE	1	25	ALTO
Desenvolvimento e consolidação dos grupos de pesquisa	1. Extinção automática dos Grupos de Pesquisas;	1. Impossibilidade de participação de editais de fomento; 2. Prejuízo à produção científica e tecnológica; 3. Subutilização dos recursos institucionais (pessoal, infraestrutura, financeiro); 4. Prejuízo à Política de Pesquisa da instituição	EXTINÇÃO DE GRUPO - Por deixar de atualizar dados cadastrais;			3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
	2. Não atualizar dados cadastrais relativos aos grupos	1. Impossibilidade de participação de editais de fomento; 2. Prejuízo à produção científica e tecnológica; 3. Subutilização dos recursos institucionais (pessoal, infraestrutura, financeiro); 4. Prejuízo à Política de Pesquisa da instituição				3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
	3. Não ocorrência do Encontro Anual dos Grupos de Pesquisa;	1. Impossibilidade de participação de editais de fomento; 2. Prejuízo à produção científica e tecnológica; 3. Subutilização dos recursos institucionais (pessoal, infraestrutura, financeiro); 4. Prejuízo à Política de Pesquisa da instituição				3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
	4. Ausência de condições para existência e funcionamento dos Grupos de Pesquisa	1. Impossibilidade de participação de editais de fomento; 2. Prejuízo à produção científica e tecnológica; 3. Subutilização dos recursos institucionais (pessoal, infraestrutura, financeiro); 4. Prejuízo à Política de Pesquisa da instituição				3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
	5. Grupos atípicos por não atenderem as normas do CNPq;	1. Impossibilidade de participação em programas de bolsas de pesquisa; 2. Prejuízo à produção científica e tecnológica	GRUPO ATÍPICO - É considerado grupo atípico aquele cujo perfil apresenta afastamento estatístico relevante em relação ao perfil médio dos grupos, observado no Diretório, não sendo considerado mérito ou demérito tal perfil.			3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
	6. Ausência de publicações em grupo;	1. Prejuízo à produção científica e tecnológica; 2. Subutilização dos recursos institucionais (pessoal, infraestrutura, financeiro); 3. Prejuízo à Política de Pesquisa da instituição	AUSÊNCIA DE PUBLICAÇÕES EM GRUPO - A não publicação acarreta prejuízos pessoais aos integrantes a nível curricular e a nível institucional tem influência negativa nos índices.			2	4	2	4	8		INEXISTENTE	1	8	MODERADO
Capacitação dos pesquisadores	1. Ausência de um programa de capacitação;	1. Efeitos no desenvolvimento da pesquisa; 2. Dificuldades para publicações; 3. Dificuldades na elaboração dos projetos.	A falta de capacitação tem influências nas atividades relacionadas a pesquisa, dificultando ações que necessitem conhecimentos mais apurados, a exemplo, na redação de projetos e artigos, desenvolvimento de atividades inerentes ao projeto (análises de laboratório, análises estatísticas etc.) entre outros.			3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
	2. Ausência de Recursos financeiros;	1. Efeitos no desenvolvimento da pesquisa; 2. Dificuldades para publicações; 3. Dificuldades na elaboração dos projetos.				2	4	2	4	8		INEXISTENTE	1	8	MODERADO

Gestão das políticas e programas de Pesquisa e Inovação Tecnológica.		3. Falta de engajamento dos pesquisadores.	1. Efeitos no desenvolvimento da pesquisa; 2. Dificuldades para publicações; 3. Dificuldades na elaboração dos projetos.				2	4	2	4	8		INEXISTENTE	1	8	MODERADO		
	Subsídio à pesquisa e inovação através de programas de fomento	1. Ausência de recursos financeiros APICPEX (Auxílio à Pesquisa e Iniciação Científica e Extensão);	1. Redução do número de Projetos Submetidos (por ausência de recurso); 2. Prejuízo à produção científica; 3. Prejuízo à Política de Pesquisa da instituição.	A ausência de recursos poderá ocorrer por contingenciamento financeiro dos órgãos de pesquisa, do orçamento institucional e por falta de parcerias com a iniciativa privada.				1	4	1	4	4		INEXISTENTE	1	4	BAIXO	
		2. Contingenciamento financeiro das diferentes fontes de fomento.	1. Redução do número de Projetos Submetidos (por ausência de recurso); 2. Prejuízo à produção científica; 3. Prejuízo à Política de Pesquisa da instituição.					2	4	2	4	8		INEXISTENTE	1	8	MODERADO	
	Implantação de bolsas PIBITI, PIBIC e PIBIC Jr.	1. Restrição orçamentária institucional e de agências de fomento	1. Havendo restrições financeiras acarreta na diminuição de oferta de bolsas, trazendo consequências na qualidade dos projetos pela diminuição da demanda; 2. Prejuízo à Política de Pesquisa da instituição.	O risco é factível na atual conjuntura econômica, onde ocorrem contingenciamentos progressivos nos orçamentos das instituições.				4	4	4	4	16		INEXISTENTE	1	16	ALTO	
		2. Falhas no edital;	1. Evasão de estudantes interessados; 2. Prejuízo aos estudantes participantes da seleção; 3. Prejuízo à Política de Pesquisa da instituição.					2	4	2	4	8		INEXISTENTE	1	8	MODERADO	
		3. Falhas na seleção e sistema classificatório.	1. Evasão de estudantes interessados; 2. Prejuízo aos estudantes participantes da seleção; 3. Prejuízo à Política de Pesquisa da instituição.					3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO	
	Incentivo à inovação	1. Redução no número de Projetos de cunho inovador e de tecnologias sustentáveis;	1. Redução no número de possíveis invenções/inovações; 2. Perda de possíveis parceiros que podem contribuir para o setor produtivo e beneficiar a comunidade local; 3. Impossibilidade de dar andamento aos processos que necessitam de conhecimento das normas jurídicas que envolve o Marco da Inovação; 4. Reduz a possibilidade dos pesquisadores captarem recursos com parceiros externos; 5. Prejuízo à qualificação do público interessado (alunos, servidores, etc)					2	4	2	4	8		INEXISTENTE	1	8	MODERADO	
		2. Ausência de conhecimento sobre o marco de inovação;	1. Impossibilidade de dar andamento aos processos que necessitam de conhecimento das normas jurídicas que envolve o Marco da Inovação;					2	4	2	4	8		INEXISTENTE	1	8	MODERADO	
		3. Não atendimento às demandas do setor produtivo, por pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) e à formação profissional para as atividades de PD&I na indústria;	1. Redução no número de possíveis invenções/inovações; 2. Perda de possíveis parceiros que podem contribuir para o setor produtivo e beneficiar a comunidade local;						2	4	2	4	8		INEXISTENTE	1	8	MODERADO
		4. Falhas na publicidade e transparência;	1. Reduz a possibilidade dos pesquisadores captarem recursos com parceiros externos; 2. Prejuízo à qualificação do público interessado (alunos, servidores, etc)						3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
		5. Ausência de incentivo à inovação pela não oferta de cursos de formação continuada, graduação e pós graduação lato e stricto sensu.	1. Prejuízo à qualificação do público interessado (alunos, servidores, etc)						4	4	4	4	16		INEXISTENTE	1	16	ALTO

Incentivo ao empreendedorismo	1. Pouca demanda ao edital de fluxo contínuo de incubação;	1. Redução de orçamento institucional voltado à Incubadora; 2. Fechamento da Incubadora;				3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
	2. Redução no número de projetos voltados ao empreendedorismo.	1. Redução de atendimento aos alunos com ideias que podem gerar um negócio inovador.				3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
Financiamentos externos e parcerias com empresas	1. Ausência de divulgação/capacitação sobre financiamentos externos e incentivo à participação de servidores para propositura de projetos;	1. Menor probabilidade de alcance de financiamento para projetos de cunho inovador; 2. Perda de oportunidades de captação de recursos para inovação;				4	4	4	4	16		INEXISTENTE	1	16	ALTO
	2. Pouca concorrência à editais externos de fomento;	1. Menor probabilidade de alcance de financiamento para projetos de cunho inovador; 2. Perda de oportunidades de captação de recursos para inovação;				3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
	3. Dificuldades de tramitação de processos via Fundação interna (desativada);	1. Perda de oportunidades de captação de recursos para inovação;				5	5	5	5	25		INEXISTENTE	1	25	ALTO
	4. Falhas na transparência e publicidade dos relacionamentos firmados;	1. Menor probabilidade de alcance de financiamento para projetos de cunho inovador; 2. Perda de oportunidades de captação de recursos para inovação; 3. Responsabilização de gestores; 4. Prejuízo à imagem institucional.				5	5	5	5	25		INEXISTENTE	1	25	ALTO
Proteção da propriedade intelectual	1. Baixa demanda de registros de Propriedades Intelectuais, softwares, patentes, etc;	1. Redução de orçamento para inovação; 2. Redução no quantitativo de projetos de cunho inovador em que haja produtos/serviços a serem protegidos.				3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
	2. Ineficiência da política interna de motivação aos pesquisadores que financie a realização de projetos de cunho inovador.	1. Redução de orçamento para inovação; 2. Redução no quantitativo de projetos de cunho inovador em que haja produtos/serviços a serem protegidos.				3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
Oferecimento de capacitações Lato e Stricto Sensu pelo IF SERTÃO-PE	1. Pouca mobilização ou interesse dos docentes dos campi para oferta de novos cursos de especialização;	1. Dificuldade na ampliação de novos cursos Lato e Stricto Sensu e manutenção dos existentes; 2. Prejuízo no fomento à inovação; 3. Prejuízo à qualificação do público interessado (alunos, servidores, etc)	Não oferta de novos cursos Lato e Stricto Sensu			3	5	4	5	20		INEXISTENTE	1	20	ALTO
	2. Dificuldade na elaboração e submissão à Capes, de Projetos de Mestrado/Doutorado;	1. Dificuldade na ampliação de novos cursos Lato e Stricto Sensu e manutenção dos existentes; 2. Prejuízo no fomento à inovação; 3. Prejuízo à qualificação do público interessado (alunos, servidores, etc)				4	5	4	5	20		INEXISTENTE	1	20	ALTO
	3. Ausência ou falha na articulação entre Pró-Reitorias e setores responsáveis para levantamento de demandas e oferta dos cursos.	1. Dificuldade na ampliação de novos cursos Lato e Stricto Sensu e manutenção dos existentes; 2. Prejuízo no fomento à inovação; 3. Prejuízo à qualificação do público interessado (alunos, servidores, etc)				3	5	4	5	20		INEXISTENTE	1	20	ALTO
	1. Redução nos investimentos em capacitações nível Lato e Stricto Sensu;	1. Dificuldade para firmar parcerias de MINTER/DINTER; 2. Prejuízo à qualificação do público interessado (alunos, servidores, etc); 3. Prejuízo à Política de Pesquisa Institucional; 4. Prejuízo aos indicadores institucionais.	Não oferta de MINTER/DINTER aos servidores			3	5	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO

Parcerias de MINTER-DINTER para servidores	2. Ausência ou falha na articulação entre Pró-Reitorias e setores responsáveis para realização de parcerias.	1. Dificuldade para firmar parcerias de MINTER/DINTER 2. Prejuízo à qualificação do público interessado (alunos, servidores, etc) 3. Prejuízo à Política de Pesquisa Institucional 4. Prejuízo aos indicadores institucionais				3	5	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
	3. Não conclusão do curso pelo servidor	1. Afastamento para qualificação sem a devida apresentação de título/certificação final com devolução/restituição ao erário público pelo investimento feito no curso de qualificação sem finalização e justificativas legais, além responder a processo administrativo.				3	5	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
Editais de Programas e Projetos	1. Limitação orçamentária;	1. Limita o quantitativo de bolsas a serem ofertadas. Reduz o incentivo à participação do aluno. 2. Prejuízo ao reconhecimento da sociedade, visibilidade institucional e transformação social.				3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
	2. Ausência de instituição parceira.	1. Prejuízo ao reconhecimento da sociedade e visibilidade institucional. 3. Prejuízo ao aluno, à execução de projetos e aos extensionistas 4. Prejuízo à política de extensão do IFSertãoPE 5. Prejuízo ao erário				3	3	3	3	9		INEXISTENTE	1	9	MODERADO
	3. Falhas no edital	1. Prejuízo ao reconhecimento da sociedade e visibilidade institucional. 2. Prejuízo ao aluno, à execução de projetos e aos extensionistas 3. Prejuízo à política de extensão do IFSertãoPE 5. Prejuízo ao erário				3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
	4. Falhas na seleção	1. Prejuízo ao aluno, à execução de projetos e aos extensionistas 2. Prejuízo à política de extensão do IFSertãoPE 3. Prejuízo ao erário				3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
	5. Falha no acompanhamento das atividades a serem desenvolvidas	1. Prejuízo ao aluno, à execução de projetos e aos extensionistas 2. Prejuízo à política de extensão do IFSertãoPE 3. Prejuízo ao erário				3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
	1. Elevada carga horária de aulas dos docentes.	Não oferta do curso.	A elevada carga horária gera indisponibilidade de tempo do professor.				4	4	4	4	16		INEXISTENTE	1	16
Editais de Cursos FIC e livres de extensão	2. Baixa demanda nos cursos ofertados.	Invaliabilidade total do curso ou oferta com quantitativo reduzido de alunos.				3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
	3. Ausência de espaço físico e/ou outros recursos necessários à realização.	1. Invaliabilidade total do curso ou necessidade de adequação ao espaço disponível; 2. Prejuízo na execução do curso pela ausência de recursos materiais.				2	4	2	4	8		INEXISTENTE	1	8	MODERADO
	1. Limitação orçamentária;	1. Limita o quantitativo de auxílios a serem ofertados. Reduz as submissões de projetos; 2. Prejuízo ao reconhecimento da sociedade, visibilidade institucional e transformação social; 3. Prejuízo ao aluno, à execução de projetos e aos extensionistas; 4. Prejuízo à política de extensão do IFSertãoPE.				3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO

1. Políticas de programas, projetos e cursos de Extensão	APICPEX	2. Falhas no edital	1. Prejuízo ao reconhecimento da sociedade, visibilidade institucional e transformação social.;2. Prejuízo ao aluno, à execução de projetos e aos extensionistas 3. Prejuízo à política de extensão do IFSertãoPE 4. Prejuízo ao erário				3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
		3. Falhas na seleção	1. Limita o quantitativo de auxílios a serem ofertados. Reduz as submissões de projetos; 2. Prejuízo ao reconhecimento da sociedade, visibilidade institucional e transformação social; 3. Prejuízo ao aluno, à execução de projetos e aos extensionistas; 4. Prejuízo à política de extensão do IFSertãoPE; 5. Prejuízo ao erário.				2	4	2	4	8		INEXISTENTE	1	8	MODERADO
		4. Falha no acompanhamento das atividades a serem desenvolvidas	1. Prejuízo ao reconhecimento da sociedade, visibilidade institucional e transformação social; 2. Prejuízo ao aluno, à execução de projetos e aos extensionistas; 3. Prejuízo à política de extensão do IFSertãoPE; 4. Prejuízo ao erário.				3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
	Fomento e acompanhamento de atividades de extensão	1. Atraso na tomada de decisões por parte do Comitê de Extensão.	1. Não oferta ou oferta deficitária da atividade prevista; 2. Prejuízo à política de extensão e nos indicadores institucionais.				2	4	2	4	8		INEXISTENTE	1	8	MODERADO
		2. Limitação por parte dos setores de apoio na operacionalização das ações de extensão, como transporte, informática, fazenda e outros.	1. Não oferta ou oferta deficitária da atividade prevista; 2. Prejuízo à política de extensão e nos indicadores institucionais.				3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
		3. Limitação orçamentária;	1. Não oferta ou oferta deficitária da atividade prevista; 2. Prejuízo à política de extensão e nos indicadores institucionais.				3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
	Financiamentos externos	1. Limitada oferta de editais de fomento	1. Baixo índice de submissões; 2. Prejuízo à política de extensão e aos indicadores institucionais.				3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
		2. Aplicação irregular dos recursos recebidos	1. Dano ao erário; 2. Apuração de responsabilidade e ressarcimento ao erário.				2	4	2	4	8		INEXISTENTE	1	8	MODERADO
		3. Perda do prazo de submissão aos editais	1. Baixo índice de submissões; 2. Impossibilidade de participação no programa e recebimento dos recursos; 3. Prejuízo à política de extensão e aos indicadores institucionais.				3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
		4. Prestação de contas irregular	1. Dano ao erário; 2. Impossibilidade de participação no programa e recebimento dos recursos; 3. Apuração de responsabilidade e ressarcimento ao erário; 4. Prejuízo à política de extensão e aos indicadores institucionais.				3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
		5. Falhas no planejamento ou na execução	1. Prejuízo à política de extensão e aos indicadores institucionais				2	4	2	4	8		INEXISTENTE	1	8	MODERADO

Intercâmbios	1. Limitação orçamentária;	Impossibilidade de apoio financeiro a servidores e alunos.				3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
	2. Ausência de domínio de idioma estrangeiro	1. Não atendimento aos requisitos mínimos propostos; 2. Não atendimento aos objetivos do programa.				4	4	4	4	16		INEXISTENTE	1	16	ALTO
	3. Desvio de finalidade	1. Não atendimento aos objetivos do programa; 2. Responsabilização de servidores; 3. Prejuízo ao erário e necessidade de ressarcimento.				4	4	4	4	16		INEXISTENTE	1	16	ALTO
	4. Falhas no acompanhamento/monitoramento dos intercambistas	1. Não atendimento aos objetivos do programa; 2. Responsabilização de servidores; 3. Prejuízo ao erário e necessidade de ressarcimento.				4	4	4	4	16		INEXISTENTE	1	16	ALTO
Curricularização	1. Curto prazo para implantação	1. Prejuízo à Política de Extensão e aos indicadores institucionais				2	4	2	4	8		INEXISTENTE	1	8	MODERADO
	2. Não destinação nas matrizes curriculares da carga horária de extensão exigível	1. Prejuízo à Política de Extensão e aos indicadores institucionais				3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
	3. Falha no processo de avaliação das atividades de extensão	1. Prejuízo à Política de Extensão e aos indicadores institucionais				3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
	4. Falha na regulamentação interna	1. Prejuízo à Política de Extensão e aos indicadores institucionais				3	5	3	5	15		INEXISTENTE	1	15	ALTO
	1. Não oferta de seguro para estagiário	1. Impossibilidade de realizar o estágio				3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
	2. Limitação nos locais concedentes de estágio	1. Impossibilidade de realizar o estágio				4	4	4	4	16		INEXISTENTE	1	16	ALTO

2. Estágios, egressos, emprego e empreendedorismo	Estágios	3. Uso indevido da mão de obra	1.. Desvio de finalidade; 2. Limitação ao objetivo pedagógico do estágio.			4	4	4	4	16		INEXISTENTE	1	16	ALTO	
		4. Falha no monitoramento do estágio por parte do IFSertãoPE	1.. Desvio de finalidade; 2. Limitação ao objetivo pedagógico do estágio.			3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO	
	Acompanhamento de egressos	1. Dados desatualizados de contato dos alunos	1. Falta de comunicação com o público alvo; 2. Prejuízo aos índices institucionais.			4	4	4	4	16		INEXISTENTE	1	16	ALTO	
		2. Não realização do acompanhamento	1. Falta de comunicação com o público alvo; 2. Prejuízo aos índices institucionais.			4	4	4	4	16		INEXISTENTE	1	16	ALTO	
Padronização e Sistematização das Práticas, Ações e Procedimentos Institucionais	Sistematização de Dados e Informações Institucionais	1. Dificuldade em receber os conteúdos dos outros setores institucionais.	Atraso ou carência dos conteúdos do referido processo.			4	5	4	5	20		INEXISTENTE	1	20	ALTO	
		2. Não realização da correlação das informações recebidas	Atraso ou carência dos conteúdos do referido processo.			4	5	4	5	20		INEXISTENTE	1	20	ALTO	
	Fornecimento de informações e orientações	1. Divulgação incorreta de dados institucionais	1. Dano à imagem institucional 2. Responsabilização de servidor 3. Retrabalho 4. Prejuízo à transparência e prestação de contas 5. Prejuízo a terceiros			3	5	3	5	15		INEXISTENTE	1	15	ALTO	
		2. Ausência ou insuficiência na divulgação das informações	1. Dano à imagem institucional 2. Responsabilização de servidor 3. Retrabalho 4. Prejuízo à transparência e prestação de contas 5. Prejuízo a terceiros			4	5	4	5	20		INEXISTENTE	1	20	ALTO	
		3. Falha no tratamento do sigilo de informações	1. Dano à imagem institucional 2. Responsabilização de servidor 3. Retrabalho 4. Prejuízo à transparência e prestação de contas 5. Prejuízo a terceiros			4	5	4	5	20		INEXISTENTE	1	20	ALTO	
	Diretrizes Estratégicas e Articulação institucional	Dificuldade em promover o alinhamento com os outros setores institucionais.	Desinformação, retrabalho, atraso ou carência dos conteúdos do referido processo.	1- Dependência dos outros setores institucionais priorizarem a atenção para o referido processo; 2- Limitação orçamentária para movimentação de servidores de diferentes unidades para			4	5	4	5	20		INEXISTENTE	1	20	ALTO
	Expedição, recebimento e tramitação de documentos	1. Documentos com prazo vencido.	Descumprimento na execução de obrigações.	Encaminhamento de documentos em atraso pelo setor/instituição demandante	2	2	4	4	3	3	9	Os sistemas existentes e em uso auxiliam para que isso não ocorra ou ocorra minimamente	FRACO	0,8	7	MODERADO
2. Extravio de documentos		Prejuízos ao usuário		1	2	2	4	1,5	3	5	A produção/tramitação de documentos no formato digital diminuem de forma significativa essa possibilidade	MEDIANO	0,6	3	BAIXO	
3. Numeração repetida (processos físicos)		1. Dificuldade no controle de movimentação 2. Maior dificuldade na eficiência da gestão documental	Desencontro de informações pela repetição da numeração de controle	1	1	1	2	1	1,5	2	Desde o ano de 2016 a gestão adota sistêmicas de controle de numeração de documentos que dirimem quase que em sua totalidade essa possibilidade	SATISFATÓRIO	0,4	1	BAIXO	
4. Destinação incorreta		1. Atraso nos encaminhamentos e/ou decisões 2. Responsabilização em decorrência do vazamento de informações 3. Maior dificuldade na eficiência da gestão documental				2	2	2	2	4		INEXISTENTE	1	4	BAIXO	
5. Ausência de movimentação no sistema		1. Dificuldade no controle de movimentação 2. Atraso nos encaminhamentos e/ou decisões 3. Maior dificuldade na eficiência da gestão documental				3	2	4	3	3,5	2,5		INEXISTENTE	1	9	MODERADO

Gestão documental	6. Falha no tratamento do sigilo das informações e classificação documental	Responsabilização em decorrência do vazamento de informações		1	1	3	4	2	2,5	5		INEXISTENTE	1	5	MODERADO	
	7. Ausência/falha de controle na atribuição de numeração aos documentos/editais institucionais	1. Limitação no acesso à informação; 2. Prejuízo à execução dos processos; 3. Dano a imagem institucional; 4. Comprometimento do certame; 5. Responsabilização 6. Prejuízo aos interessados				4	4	4	4	16		INEXISTENTE	1	16	ALTO	
	Emissão de Portarias	1. Demora na publicação	1. Atraso na divulgação 2. Prejuízo a servidores e/ou terceiros 3. Responsabilização de servidor 4. Prejuízo à transparência 5. Prejuízo ao desenvolvimento das		2	2	3	4	2,5	3	8	A instituição hoje conta com um sistema de apoio na organização desses documentos que é o SIPPAG.	FRACO	0,8	6	MODERADO
		2. Erros no conteúdo da Portaria	1. Atraso na divulgação 2. Prejuízo a servidores e/ou terceiros 3. Responsabilização de servidor 4. Prejuízo ao desenvolvimento das atividades institucionais		2	2	2	3	2	2,5	5		INEXISTENTE	1	5	MODERADO
		3. Falha na publicação	1. Atraso na divulgação 2. Prejuízo a servidores e/ou terceiros 3. Responsabilização de servidor 4. Prejuízo à transparência 5. Prejuízo ao desenvolvimento das				3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
	Digitalização do acervo	1. Não implementação da política de gestão do acervo acadêmico	1. Responsabilização de servidor 2. Prejuízo à terceiros 3. Não recuperação de documentos e dados. 4. Prejuízo ao patrimônio imaterial 5. Dano ao erário 6. Retrabalho		2	2	3	4	2,5	3	8		INEXISTENTE	1	8	MODERADO
		2. Falhas/perda/extravio de documentos no processo de digitalização	1. Responsabilização de servidor 2. Prejuízo à terceiros 3. Não recuperação de documentos e dados. 4. Prejuízo ao patrimônio imaterial 5. Dano ao erário 6. Retrabalho		2	2	4	4	3	3	9		INEXISTENTE	1	9	MODERADO
		3. Falhas no controle de acesso ao acervo digitalizado	1. Responsabilização de servidor 2. Prejuízo à terceiros 3. Não recuperação de documentos e dados. 4. Prejuízo ao patrimônio imaterial 5. Dano ao erário				2	4	2	4	8		INEXISTENTE	1	8	MODERADO
		4. Falhas na organização do acervo digitalizado	1. Responsabilização de servidor 2. Retrabalho				4	4	4	4	16		INEXISTENTE	1	16	ALTO
		5. Indisponibilidade de backups de dados	1. Prejuízo à terceiros 2. Não recuperação de documentos e dados. 3. Prejuízo ao patrimônio imaterial 4. Dano ao erário 5. Retrabalho 6. Responsabilização de servidor				4	4	4	4	16		INEXISTENTE	1	16	ALTO
	1. Não implementação das tabelas de classificação documental e da tabela de temporalidade	1. Descumprimento das normativas sobre gestão documental 2. Desorganização do acervo e dificuldade de acesso aos documentos 3. Degradação dos documentos 4. Dano ao erário 5. Prejuízo ao patrimônio imaterial 6. Responsabilização de servidor por prejuízo ao acervo documental 7. Prejuízo a alunos, servidores e/ou terceiros		3	3	4	4	3,5	3,5	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO	

Organização, preservação e disponibilização dos documentos de valor histórico para o IFSertãoPE	2. Condições inadequadas do ambiente e armazenamento	1. Descumprimento das normativas sobre gestão documental 2. Desorganização do acervo e dificuldade de acesso aos documentos 3. Degradação dos documentos 4. Dano ao erário 5. Prejuízo ao patrimônio imaterial 6. Responsabilização de servidor por prejuízo ao acervo documental 7. Prejuízo a alunos, servidores e/ou terceiros		3	3	3	4	3	3,5	11		INEXISTENTE	1	11	MODERADO
	3. Falhas nos controles de acesso ao acervo e retirada de documentos	1. Descumprimento das normativas sobre gestão documental 2. Desorganização do acervo e dificuldade de acesso aos documentos 3. Dano ao erário 4. Prejuízo ao patrimônio imaterial 5. Responsabilização de servidor por prejuízo ao acervo documental 6. Prejuízo a alunos, servidores e/ou terceiros		3	3	3	4	3	3,5	11		INEXISTENTE	1	11	MODERADO
	4. Descumprimento da política de sigilo adequada à documentação	1. Descumprimento das normativas sobre gestão documental 2. Desorganização do acervo e dificuldade de acesso aos documentos 3. Degradação dos documentos 4. Dano ao erário 5. Prejuízo ao patrimônio imaterial 6. Responsabilização de servidor por prejuízo ao acervo documental 7. Prejuízo a alunos, servidores e/ou terceiros				4	4	4	4	16		INEXISTENTE	1	16	ALTO
	5. Perda/extravio de documentos de valor histórico	1. Dano ao erário 2. Prejuízo ao patrimônio imaterial 3. Responsabilização de servidor por prejuízo ao acervo documental 4. Prejuízo a alunos, servidores e/ou terceiros		3	3	4	5	3,5	4	14		INEXISTENTE	1	14	ALTO
	1. Não implementação das tabelas de classificação documental e da tabela de temporalidade	1. Dificuldade na localização dos documentos 2. Dificuldade na caracterização e quanto à classificação temporal dos documentos 3. Degradação de documentos de acordo com o risco associado ao suporte 4. Acúmulo de acervo documental das fases intermediária e permanente nos arquivos setoriais 5. Dano ao erário 6. Responsabilização de servidor por prejuízo ao acervo documental 7. Prejuízo a alunos, servidores e/ou terceiros		3	3	4	4	3,5	3,5	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO

	Organização, preservação e disponibilização dos documentos de valor jurídico, patrimonial, técnico e administrativo, produzidos pelo IFSertãoPE ou não, desde que oficialmente incorporados a seu acervo.	2. Condições inadequadas do ambiente de armazenamento	1. Degradação de documentos de acordo com o risco associado ao suporte 2. Acúmulo de acervo documental das fases intermediária e permanente nos arquivos setoriais 3. Dano ao erário 4. Responsabilização de servidor por prejuízo ao acervo documental 5. Prejuízo a alunos, servidores e/ou terceiros		2	2	4	4	3	3	9		INEXISTENTE	1	9	MODERADO	
		3. Falhas nos controles de acesso ao acervo e retirada de documentos	1. Dificuldade na localização dos documentos 2. Dano ao erário 3. Extravio de documentos 4. Responsabilização de servidor por prejuízo ao acervo documental 5. Prejuízo a alunos, servidores e/ou terceiros				4	4	4		0		INEXISTENTE	1	0	BAIXO	
		4. Descumprimento da política de sigilo adequada à documentação	1. Dano ao erário 2. Responsabilização de servidor por prejuízo ao acervo documental 3. Prejuízo a alunos, servidores e/ou terceiros					4	4	4	4	16		INEXISTENTE	1	16	ALTO
		1- Não divulgar as ações/decisões/agenda do gestor máximo	1. Enfraquecimento da transparência e accountability perante o público interno e externo 2. Dano à imagem institucional 3. Responsabilização de servidor 4. Prejuízo à integração do gestor máximo com os demais servidores		2	3	3	3	2,5	3	8	1- Agenda Pública da Reitora, disponível no site institucional. 2- As decisões da Reitora, em sua maioria são tomadas por meio de Portaria, que estão disponíveis no site. 3 - As resoluções e as Atas também estão disponíveis no site.	FRACO	0,8	6	MODERADO	
	2. Falha no repasse de informações e demandas ao Reitor (a)	1. Prejuízo na tomada de decisões e execução dos processos internos 2. Responsabilização de servidor 3. Prejuízo à integração do gestor máximo com os demais servidores		2	3	3	4	2,5	3,5	9	1- São realizadas reuniões diariamente e feito o repasse das demandas. 2. Demandas anotadas no google agenda compartilhada	FRACO	0,8	7	MODERADO		
	3. Usurpação de competências do (a) Reitor (a)	1. Prejuízo na tomada de decisões e execução dos processos internos 2. Responsabilização de servidor 3. Prejuízo à integração do gestor máximo com os demais servidores				1	4	1	4	4		INEXISTENTE	1	4	BAIXO		

Assessoria da Reitoria	4. Favorecimento na tramitação de demandas	1. Enfraquecimento da transparência e accountability perante o público interno e externo 2. Dano à imagem institucional 3. Prejuízo na tomada de decisões e execução dos processos internos 4. Responsabilização de servidor	2	3	1	4	1,5	3,5	5	1 - As demandas em sua maioria estão sendo tramitadas pelo SEI, o que dirimi o risco	FRACO	0,8	4	MODERADO		
		5. Falha na gestão de demandas	1. Dano à imagem institucional 2. Prejuízo na tomada de decisões e execução dos processos internos 3. Responsabilização de servidor	3	3	3	4	3	3,5	11	INEXISTENTE	1	11	MODERADO		
	Demandas das instâncias internas	1. Falha no acompanhamento das demandas das instâncias internas de apoio à governança (AUDIN, Correição, Ouvidoria, Comissão, e outros)	1. Não cumprimento das demandas 2. Prejuízos aos serviços e/ou aos envolvidos 3. Responsabilização 4. Dano ao erário 5. Consequências junto aos órgãos de controle interno e externo 6. Prejuízo à imagem institucional 7. Prejuízo aos indicadores institucionais	3	3	4	4	3,5	3,5	12	INEXISTENTE	1	12	ALTO		
	Acompanhamento de demandas externas	1. Falha no acompanhamento das demandas externas à instituição	1. Não cumprimento das demandas 2. Prejuízos aos serviços e/ou aos envolvidos 3. Responsabilização 4. Dano ao erário 5. Consequências junto aos órgãos de controle interno e externo, como aplicação de multas de natureza pessoal 6. Prejuízo à imagem institucional 7. Prejuízo aos indicadores institucionais	3	3	3	4	3	3,5	11	INEXISTENTE	1	11	MODERADO		
	Fornecimento de orientações aos Campi	1. Não realização de eventos de fomento à discussão entre os Campi e Reitoria	1. Prejuízo aos Campi na execução dos trabalhos 2. Prejuízo ao alcance dos objetivos institucionais 3. Prejuízo à imagem institucional	2	2	3	4	2,5	3	8	1- Além da Reitoria Itinerante, são realizados vários eventos por pastas, entre eles Encontro de Educadores, Encontro de Administração e Planejamento, Encontro de profissionais	MEDIANO	0,6	5	MODERADO	
		2. Não realização de encaminhamentos de demandas e solicitações dos Campi	1. Prejuízo aos Campi na execução dos trabalhos 2. Prejuízo ao alcance dos objetivos institucionais 3. Prejuízo à imagem institucional			3	4	3	4	12	INEXISTENTE	1	12	ALTO		
		3. Não alinhamento de políticas adotadas na Reitoria e nos Campi	1. Prejuízo aos Campi na execução dos trabalhos 2. Prejuízo ao alcance dos objetivos institucionais 3. Prejuízo à imagem institucional			3	4	3	4	12	INEXISTENTE	1	12	ALTO		
	Reitoria Itinerante	1. Acidentes no percurso	1. Danos físicos às pessoas e ao patrimônio institucional	A reitoria itinerante é um processo que obedece um planejamento prévio e periodicidade de realização, visando a conectividade de planejamento financeiro, calendário escolar, e outras ações institucionais significativas.	3	4	2	5	2,5	4,5	11	1- Os veículos são conduzidos por motoristas profissionais terceirizados, como forma de amenizar o risco. Entretanto, acidentes são imprevisíveis.	MEDIANO	0,6	7	MODERADO
		2. Falha no planejamento do evento	1. Falha na seleção dos pontos a serem abordados 2. Desalinhamento com os calendários dos Campi 3. Prejuízo aos objetivos propostos		3	3	3	3	3	3	9	1 - A reitoria Itinerante é constituído por dois momentos a prestação de contas e pontos trazidos pelo próprios servidores/alunos. Assim, no e-mail convite tem-se um campo para que servidor ou aluno envie sua pergunta previamente. Ademais, há um momento livre para que os participantes tragam novas temáticas a serem abordados no momento do evento. 2 - Busca-se realizar a reunião verificando o calendário acadêmico disponível no site e alinhamento prévio junto aos Diretores dos Campi; 3 - É enviado um formulário de avaliação do evento, a fim de verificar se a ação atingiu os objetivos propostos.	FRACO	0,8	7	MODERADO

		3. Baixa adesão do público alvo	1. Prejuízo aos objetivos propostos		3	3	3	3	3	3	9	1- É realizado o alinhamento prévio junto aos gestores da Unidade quanto à data e horário, a fim de evitar choque de eventos institucionais. 2- É divulgado o evento no site e instagram do IFSertãoPE. 3- É enviado e-mail convite para lista de alunos e servidores de cada unidade.	SATISFATÓRIO	0,4	4	BAIXO		
Diretoria Executiva	Apoio aos Órgãos Colegiados (CONSUP e CODI)	1. Ausência de Conselheiros convocados (CONSUP)	1. Dificuldades na discussão dos atos. 2. Inviabilidade da votação de pautas que exigem quórum mínimo específico		2	2	3	3	2,5	2,5	6	A dinamização das reuniões virtuais transformou todos os processos para a sua realização.	MEDIANO	0,6	4	BAIXO		
		2. Demora na Publicação de Resoluções do CONSUP	1. Atraso na vigência dos atos aprovados em reunião 2. Comprometimento das ações e índices institucionais		2	2	3	4	2,5	3	8		INEXISTENTE	1	8	MODERADO		
		3. Atraso no envio das documentações associadas à pauta	1. Dificuldades na discussão dos atos. 2. Prejuízo na análise e conhecimento sobre os documentos e assuntos a serem submetidos à votação		3	3	3	4	3	3,5	11		INEXISTENTE	1	11	MODERADO		
		4. Ausência do quórum mínimo exigido em determinadas matérias	1. Inviabilidade da votação de pautas que exigem quórum mínimo específico 2. Comprometimento das ações e índices institucionais				3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO		
		5. Ausência de controle/conferência das alterações propostas e aprovadas durante as reuniões do CONSUP antes da publicação das Resoluções	1. Publicação de normativas em desacordo com os objetivos estratégicos 2. Publicação de normativas em desacordo com os termos votados pelos Conselheiros e/ou desalinhadas com normativos internos/externos		2	1	3	4	2,5	2,5	6	É de responsabilidade das Câmaras no CONSUP acompanhar o cumprimento das recomendações e sua efetiva alteração/modificação quando necessário, antes do encaminhamento para publicação.	MEDIANO	0,6	4	BAIXO		
		6. Erros na elaboração das atas de reuniões	1. Prejuízo à transparência e organização institucional		1	1	1	4	1	2,5	3	As atas são validadas pelos conselheiros	SATISFATÓRIO	0,4	1	BAIXO		
			7. Não realização da reunião por ausência de material ou equipamento necessário	1. Comprometimento das ações e índices institucionais				1	4	1	4	4		INEXISTENTE	1	4	BAIXO	
		Aquisição e concessão de passagens	1. Solicitações fora de prazo.	1. Inviabilidade de atendimento 2. Aquisição de passagens com custos bastante elevados 3. Aumento dos custos relacionados às diárias em decorrência das datas/horários das passagens adquiridas		3	3	3	3	3	3	9		INEXISTENTE	1	9	MODERADO	
			2. Escassez de vôos que atendam aos municípios próximos das unidades	1. Inviabilidade de atendimento 2. Aquisição de passagens com custos bastante elevados		5	5	5	5	5	5	25		INEXISTENTE	1	25	ALTO	
			3. Aquisição de passagens em desacordo com a economicidade quanto ao pagamento de diárias	1. Aumento dos custos relacionados às diárias em decorrência das datas/horários das passagens adquiridas				1	3	1	3	3	3		INEXISTENTE	1	3	BAIXO
			4. Não cancelamento de reserva de passagens, quando for o caso	1. Eventual dano ao erário				1	3	1	3	3	3		INEXISTENTE	1	3	BAIXO
			5. Não realização do cadastro de prestação de contas, relatórios de viagens e devoluções de valores	1. Dano ao erário 2. Responsabilização de servidor				3	3	3	3	3	9		INEXISTENTE	1	9	MODERADO
		Concessão de Diárias	1. Solicitações fora de prazo	1. Dificuldade no atendimento pela imposição legal de prazos mínimos 2. Dano ao erário e necessidade de devolução dos valores recebidos		2	1	2	1	2	1	2		INEXISTENTE	1	2	BAIXO	
			2. Recebimento das diárias sem a realização do deslocamento que as justificou	Dano ao erário e necessidade de devolução dos valores recebidos				1	3	1	3	3		INEXISTENTE	1	3	BAIXO	
			3. Não cancelamento de solicitações de diárias, quando for o caso	Dano ao erário e necessidade de devolução dos valores recebidos				1	3	1	3	3	3		INEXISTENTE	1	3	BAIXO
			4. Não realização do cadastro de prestação de contas, relatórios de viagens e devoluções de valores	Dano ao erário e necessidade de devolução dos valores recebidos				3	3	3	3	3	9		INEXISTENTE	1	9	MODERADO

Ouvidoria	Encaminhamento de Manifestações da Ouvidoria	1. Não cumprimento dos prazos de atendimento das manifestações.	1. Insatisfação do usuário cidadão. 2. Prejuízo à imagem institucional e da relação entre instituição e usuário cidadão. 3. Responsabilização de servidores 4. Prejuízo ao acesso à informação		3	3	3	3	3	3	9	1 - Área de Ouvidoria devidamente formalizada no organograma, com a designação de servidor (Ouvidor) para acompanhamento das demandas; 2 - Adoção do sistema "FALA.BR"; 3 - Sensibilização dos gestores quanto ao atendimento das demandas em reuniões; 4 - Envio de e-mails e notificações para resposta tempestiva; 5 - Envio de email com cópia para o servidor hierarquicamente superior do responsável pela resposta.	SATISFATÓRIO	0,4	4	BAIXO
		2. Ausência de resposta da área responsável.	Não atendimento às demandas sociais, enfraquecendo o controle social e a comunicação com o usuário cidadão.		1	4	1	4	1	4	4	1 - Área de Ouvidoria devidamente formalizada no organograma, com a designação de servidor (Ouvidor) para acompanhamento das demandas; 2 - Adoção do sistema "FALA.BR"; 3 - Sensibilização dos gestores quanto ao atendimento das demandas em reuniões; 4 - Envio de e-mails e notificações para resposta tempestiva; 5 - Envio de email com cópia para o servidor hierarquicamente superior do responsável pela resposta.	SATISFATÓRIO	0,4	2	BAIXO
		3. Falha no direcionamento das demandas por identificação inadequada dos respectivos responsáveis.	1. Não atendimento às demandas sociais, enfraquecendo o controle social e a comunicação com o usuário cidadão. 2. Reclamação aos órgãos de controle e possível aplicação de penalidades.		1	3	1	4	1	3,5	4	1 - Adoção do sistema "FALA.BR", com o cadastro prévio dos servidores responsáveis por suas respectivas áreas de atuação; 2 - Utilização da carta de serviços para identificação dos responsáveis por determinados serviços; 3 - Comunicação com os setores da área demandada antes do encaminhamento, na hipótese de dúvidas sobre a competência para resposta.	MEDIANO	0,6	2	BAIXO
		4. Não proteção das informações sigilosas e pessoais, a exemplo da identidade do denunciante.	1. Exposição do denunciante, interferência na apuração e ampliação do conflito.		2	4	2	4	2	4	8	1 - Adoção do sistema "FALA.BR", com tramitação exclusivamente para o(s) servidor(es) ou unidade de apuração competentes para a análise da demanda e com restrição de acesso à identidade do manifestante e aos elementos de informação que possam identificá-lo	FRACO	0,8	6	MODERADO
	Encaminhamento de Pedidos de Acesso à Informação	1. Não cumprimento dos prazos de atendimento dos pedidos.	1. Insatisfação do usuário cidadão. 2. Prejuízo à imagem institucional e da relação entre instituição e usuário cidadão. 3. Prejuízo ao acesso à informação 4. Responsabilização de servidor		3	3	3	4	3	3,5	11	1 - Área de Ouvidoria/SIC devidamente formalizada no organograma, com a designação de servidor (Ouvidor) para acompanhamento das demandas. 2 - Adoção do sistema "FALA.BR" 3 - Sensibilização dos gestores quanto ao atendimento das demandas em reuniões. 4 - Envio de e-mails e notificações para resposta tempestiva. 5 - Envio de email com cópia para o servidor hierarquicamente superior do responsável pela resposta.	SATISFATÓRIO	0,4	4	MODERADO
		2. Ausência de resposta da área responsável.	1. Não atendimento às demandas sociais, enfraquecendo o controle social e a comunicação com o usuário cidadão. 2. Reclamação aos órgãos de controle e possível aplicação de penalidades. 3. Interposição de recursos perante diversas instâncias. 4. Prejuízo ao acesso à informação 5. Responsabilização de servidor		1	4	1	4	1	4	4	1 - Área de Ouvidoria/SIC devidamente formalizada no organograma, com a designação de servidor (Ouvidor) para acompanhamento das demandas; 2 - Adoção do sistema "FALA.BR"; 3 - Sensibilização dos gestores quanto ao atendimento das demandas em reuniões; 4 - Envio de e-mails e notificações para resposta tempestiva; 5 - Envio de email com cópia para o servidor hierarquicamente superior do responsável pela resposta; 6 - Envio de notificação à autoridade de monitoramento da LAI para providências cabíveis.	SATISFATÓRIO	0,4	2	BAIXO

		3. Falha no direcionamento das demandas por identificação inadequada dos respectivos responsáveis	1. Não atendimento às demandas sociais, enfraquecendo o controle social e a comunicação com o usuário cidadão. 2. Reclamação aos órgãos de controle e possível aplicação de penalidades. 3. Interposição de recursos perante diversas instâncias. 4. Prejuízo ao acesso à informação 5. Responsabilização de servidor		1	3	1	4	1	3,5	4	1 - Adoção do sistema "FALA.BR", com o cadastro prévio dos servidores responsáveis por suas respectivas áreas de atuação; 2 - Utilização da carta de serviços para identificação dos responsáveis por determinados serviços; 3 - Comunicação com os setores da área demandada antes do encaminhamento, na hipótese de dúvidas sobre a competência para resposta.	MEDIANO	0,6	2	BAIXO
		4. Não proteção das informações sigilosas e pessoais, a exemplo da identidade do solicitante.	1. Exposição dos dados pessoais do solicitante; 2. Reclamação aos órgãos de controle e possível aplicação de penalidades. 3. Responsabilização de servidor		1	4	2	4	1,5	4	6	1 - Adoção do sistema "FALA.BR", com tramitação exclusivamente para o(s) servidor(es) ou unidade de apuração competentes para a análise da demanda e com restrição de acesso à identidade do manifestante e aos elementos de informação que possam identificá-lo	FRACO	0,8	5	MODERADO
Correição	Sistematização das informações	1. Não alimentar o Sistema Epad	1. Fragilidade no processo	"A correição utiliza o ePAD para realizar o Juízo de Admissibilidade (Documento que dá subsídio a Autoridade Instauradora para decidir pela abertura de procedimento disciplinar ou arquivamento da denúncia) e consequentemente o cadastro dos processos instaurados. O sistema também é utilizado para realizarmos consultas acerca da existência de procedimentos disciplinares e penalidades vigentes que impossibilite, afastamentos, redistribuição, aposentadoria, etc... Se não realizarmos a alimentação do sistema, trazendo as informações para subsidiar a reitoria teremos processos mais frágeis e impossibilidade de consultas de penalidades de servidores. "		2	4	2	4	2	4	8	INEXISTENTE	1	8	MODERADO
		2. Fornecimento de informações e/ou documentos equivocados ou insuficientes	2. Impossibilidade de consultas de penalidades de servidores.	"A correição utiliza o ePAD para realizar o Juízo de Admissibilidade (Documento que dá subsídio a Autoridade Instauradora para decidir pela abertura de procedimento disciplinar ou arquivamento da denúncia) e consequentemente o cadastro dos processos instaurados. O sistema também é utilizado para realizarmos consultas acerca da existência de procedimentos disciplinares e penalidades vigentes que impossibilite, afastamentos, redistribuição, aposentadoria, etc... Se não realizarmos a alimentação do sistema, trazendo as informações para subsidiar a reitoria teremos processos mais frágeis e impossibilidade de consultas de penalidades de servidores. "		2	4	2	4	2	4	8	FRACO	0,8	6	MODERADO
	Instauração, tramitação e julgamento dos processos	1. Morosidade na condução do processo por parte da comissão	Prescrição das Penalidades			3	4	3	4	3	4	12	INEXISTENTE	1	12	ALTO
		2. Falha na supervisão dos processos instaurados por parte da correição	Não cumprimento de prazos regulamentares, Irregularidades na instrução processual, relatórios finais inconsistentes, invalidação do procedimento, etc.		2	4	3	4	2,5	4	10	Além das informações prestadas na designação das comissões nos colocamos a disposição através de WhatsApp, E-mail, Reuniões pelo Google Meet ou Presencial, para que a comissão possa tirar suas dúvidas, também realizamos a supervisão dos procedimentos instaurados através de três planilhas: Entrada e Saída de Processos, Prazos, Comissões. Os prazos são acompanhado diariamente para realizarmos a notificação 8 dias antes do fim, contribuindo para que as comissões não realizem trabalhos sem portarias vigentes, solicitem prorrogação e nos envie o procedimento assim que realizarem o Relatório Final.	FRACO	0,8	8	MODERADO
		3. Julgamento em evidente desconformidade com as provas constituídas nos autos	Prejuízo ao servidor/ Ação Judicial		2	4	2	4	2	4	8	As provas coletadas pelas comissões junto com o relatório final passam pela Procuradoria para subsidiar a Autoridade Instauradora, a realizar o julgamento de todo trabalho realizado.	MEDIANO	0,6	5	MODERADO

	4. Inobservância da legislação aplicável aos processos de apuração	Responsabilização de servidor		2	4	2	4	2	4	8	Os processos correcionais ao final do trabalho das comissões passam pela Procuradoria para subsidiar a Autoridade Instauradora, diminuindo o risco de inobservância da legislação tanto pela correição, autoridade instauradora e comissão.	SATISFATÓRIO	0,4	3	BAIXO
	5. Limitação na produção de provas técnicas em decorrência da ausência de profissionais adequados	Processos frágeis e demorados		3	4	3	4	3	4	12	Antes de realizar a designação das comissões o Departamento de Gabinete faz uma triagem dos nomes enviados pelos Diretores Gerais, identificando a experiência de cada servidor de acordo com o tipo do processo.	FRACO	0,8	10	MODERADO
	1. Composição de equipes sem conhecimento adequado para a execução dos trabalhos	1. A não observância dos ritos, trâmites e formalidades processuais 2. O não acolhimento do relatório final 3. Recondução de Comissões 4. Extrapolamento dos prazos das portarias 5. Anulação do processo 6. Ocorrência de prescrição 7. Retrabalho	A escassez e rotatividade de servidores trabalhando nas comissões impossibilita a capacitação específica para atuarem em processos correcionais ocasionando morosidade na apuração e instrução processual limitada, além da espera de um profissional adequado para realizar a designação da comissão.	3	4	3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
2. Morosidade na instituição de comissões	1. A não observância dos ritos, trâmites e formalidades processuais 2. O não acolhimento do relatório final 3. Recondução de Comissões 4. Extrapolamento dos prazos das portarias 5. Anulação do processo 6. Ocorrência de prescrição 7. Retrabalho	2		4	3	4	2,5	4	10		INEXISTENTE	1	10	MODERADO	
3. Composição de comissões sem atendimento dos requisitos normativos	1. A não observância dos ritos, trâmites e formalidades processuais 2. O não acolhimento do relatório final 3. Recondução de Comissões 4. Extrapolamento dos prazos das portarias 5. Anulação do processo 6. Ocorrência de prescrição 7. Retrabalho	1		4	1	4	1	4	4		INEXISTENTE	1	4	BAIXO	
Acompanhamento e alimentação dos sistemas educacionais (e-MEC, PNP...)	1. Perda de prazo no lançamento de informações	1.Prejuízo institucional na renovação de reconhecimento dos cursos superiores 2. Suspensão de oferta de novas vagas nos cursos existentes 3. Divulgação de dados não reais sobre o desempenho educacional do IF Sertão-PE 4. Prejuízo orçamentário 5. Prejuízo aos indicadores institucionais 6. Falhas na prestação de contas				3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
	2. Lançamento de informações/respostas incorretas	1.Prejuízo institucional na renovação de reconhecimento dos cursos superiores 2. Suspensão de oferta de novas vagas nos cursos existentes 3. Divulgação de dados não reais sobre o desempenho educacional do IF Sertão-PE 4. Prejuízo orçamentário 5. Prejuízo aos indicadores institucionais 6. Falhas na prestação de contas				3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
	3. Ausência de manifestação ou não responsividade	1.Prejuízo institucional na renovação de reconhecimento dos cursos superiores 2. Suspensão de oferta de novas vagas nos cursos existentes 3. Divulgação de dados não reais sobre o desempenho educacional do IF Sertão-PE 4. Prejuízo orçamentário 5. Prejuízo aos indicadores institucionais 6. Falhas na prestação de contas				3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO

Gestão da Procuradoria Educacional Institucional		4. Ausência ou insuficiência do acompanhamento dos sistemas educacionais	1.Prejuízo institucional na renovação de reconhecimento dos cursos superiores 2. Suspensão de oferta de novas vagas nos cursos existentes 3. Divulgação de dados não reais sobre o desempenho educacional do IF Sertão-PE 4. Prejuízo orçamentário 5. Prejuízo aos indicadores institucionais 6. Falhas na prestação de contas				3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO	
	Fornecimento de informações	1. Divulgação incorreta de dados institucionais	1.Perda de prazo para preenchimento dos Censos e PNP 2.Prejuízo orçamentário 3. Prejuízo aos indicadores institucionais 4. Falhas na prestação de contas 5. Responsabilização	Demora no cumprimento das determinações podendo acarretar sanções administrativas				3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
		2. Ausência ou insuficiência na divulgação das informações	1.Perda de prazo para preenchimento dos Censos e PNP 2.Prejuízo orçamentário 3. Prejuízo aos indicadores institucionais 4. Falhas na prestação de contas 5. Responsabilização					3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
		3. Falha no tratamento do sigilo de informações	1.Perda de prazo para preenchimento dos Censos e PNP 2.Prejuízo orçamentário 3. Prejuízo aos indicadores institucionais 4. Falhas na prestação de contas 5. Responsabilização					3	5	3	5	15		INEXISTENTE	1	15	ALTO
	Fornecimento de orientações aos Campi	1. Divulgação incorreta dos dados que serão fornecidos aos órgãos solicitantes.	1.Perda de prazo e sanções administrativas e financeiras; 2.Prejuízo orçamentário 3. Prejuízo aos indicadores institucionais 4. Prejuízo aos objetivos institucionais; 5. Responsabilização					3	5	3	5	15		INEXISTENTE	1	15	ALTO
		2. Falhas na solicitação e acompanhamento do preenchimento de dados pelos campi dos Censos, PNP e outras demandas do MEC/SETEC;	1.Perda de prazo e sanções administrativas e financeiras; 2.Prejuízo orçamentário 3. Prejuízo aos indicadores institucionais 4. Prejuízo aos objetivos institucionais; 5. Responsabilização					3	5	3	5	15		INEXISTENTE	1	15	ALTO
		3. Ausência de repasse e/ou alinhamento de orientações	1.Perda de prazo e sanções administrativas e financeiras; 2.Prejuízo orçamentário 3. Prejuízo aos indicadores institucionais 4. Prejuízo aos objetivos institucionais; 5. Responsabilização					4	4	4	4	16		INEXISTENTE	1	16	ALTO
		4. Falha no tratamento do sigilo de informações	1.Perda de prazo e sanções administrativas e financeiras; 2.Prejuízo orçamentário 3. Prejuízo aos indicadores institucionais 4. Prejuízo aos objetivos institucionais; 5. Responsabilização					3	5	3	5	15		INEXISTENTE	1	15	ALTO
		5. Descumprimento de determinações dos órgãos de controle do MEC	1.Perda de prazo e sanções administrativas e financeiras; 2.Prejuízo orçamentário 3. Prejuízo aos indicadores institucionais 4. Prejuízo aos objetivos institucionais; 5. Responsabilização					3	5	3	5	15		INEXISTENTE	1	15	ALTO

Gestão do Gabinete	Instituição de comissões	1. Composição de equipes sem conhecimento adequado para a execução dos trabalhos	1. A não observância dos ritos, trâmites e formalidades processuais 2. Reconstituição de Comissões 3. Extrapolamento dos prazos das portarias 4. Anulação do processo 5. Não alcançar o resultado 6. Retrabalho			4	4	4	4	16		INEXISTENTE	1	16	ALTO	
		2. Morosidade na instituição de comissões	1. A não observância dos ritos, trâmites e formalidades processuais 2. Reconstituição de Comissões 3. Extrapolamento dos prazos das portarias 4. Anulação do processo 5. Não alcançar o resultado 6. Retrabalho			3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO	
		3. Composição de comissões sem atendimento dos requisitos normativos	1. A não observância dos ritos, trâmites e formalidades processuais 2. Reconstituição de Comissões 3. Extrapolamento dos prazos das portarias 4. Anulação do processo 5. Não alcançar o resultado 6. Retrabalho			3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO	
	Fornecimento de informações	1. Divulgação incorreta de dados institucionais	1. A não observância dos ritos, trâmites e formalidades processuais 2. Reconstituição de Comissões 3. Extrapolamento dos prazos das portarias 4. Anulação do processo 5. Não alcançar o resultado 6. Retrabalho			3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO	
		2. Ausência ou insuficiência na divulgação das informações	1. A não observância dos ritos, trâmites e formalidades processuais 2. Reconstituição de Comissões 3. Extrapolamento dos prazos das portarias 4. Anulação do processo 5. Não alcançar o resultado 6. Retrabalho			3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO	
		3. Falha no tratamento do sigilo de informações	1. A não observância dos ritos, trâmites e formalidades processuais 2. Reconstituição de Comissões 3. Extrapolamento dos prazos das portarias 4. Anulação do processo 5. Não alcançar o resultado 6. Retrabalho			4	4	4	4	16		INEXISTENTE	1	16	ALTO	
Políticas de Comunicação	Padronização de comunicação entre as unidades	1. Dificuldade no acesso às informações institucionais;	1. Dúvidas e questionamentos da comunidade via canais de comunicação; 2. Prejuízo para a imagem institucional; 3. Limitação no acesso à informação	Dificuldade de acesso dos usuários às informações institucionais	3	4	3	4	3	4	12	Estabelecimento de menus e submenus comuns em todos os campi para a disponibilização das informações importantes aos usuários e cobrança constante através de e-mail aos setores responsáveis por atualizações constantes (Proen, DEs, coordenações de curso, extensão e pesquisa). Existência de comissão institucional multi campi para Ações de Promoção de Datas Comemorativas em nível de IF Sertão PE, PORTARIA No 204, DE 17 DE MARÇO DE 2023, participação de profissionais de comunicação na comissão central do PS de modo a ser realizado um material único para todos os campi.	FRACO	0,8	10	MODERADO
	Sistematização dos setores	1. Não cumprimento de prazos no atendimento a serviços	1. Prejuízo nas atividades planejadas pelos setores demandantes; 2. Comprometimento da imagem institucional;	Comprometimento da imagem institucional pela demora na divulgação	4	4	4	4	4	4	16	Sistema de controle de atendimentos via Suap, no qual contém prazo máximo de atendimento, com possibilidade de acompanhamento dos atendimentos pelos demandantes e pelas chefias imediatas.	SATISFATÓRIO	0,4	6	MODERADO
		2. Não atendimento do serviço conforme solicitações/especificações do demandante;	1. Prejuízo nas atividades planejadas pelos setores demandantes; 2. Comprometimento da imagem institucional;	Comprometimento da imagem institucional pela demora na divulgação	3	3	3	4	3	3,5	11	Avaliação dos serviços pelos demandantes através do Suap.	SATISFATÓRIO	0,4	4	MODERADO

	Identidade visual	1. Falta ou não padronização de unidade/identidade visual nas ações institucionais (eventos ou campanhas) internas e externas;	1. Deixa de consolidar a imagem institucional.	1. Diminui o sentimento de pertencimento por parte da comunidade	2	3	2	3	2	3	6	Existência de manual de redação e estilo. https://www.ifsertao-pe.edu.br/images/IF_Sertao-PE/Identidade-visual/Manual%20de%20redao%20e%20estilo_IF%20Serto-PE%202015.pdf . Manual de boas práticas na comunicação https://www.ifsertao-pe.edu.br/images/IF_Sertao-PE/Identidade-visual/Manual-de-boas-praticas-para-Comunicacao.pdf . Manual de aplicação da marca https://www.ifsertao-pe.edu.br/images/IF_Sertao-PE/Identidade-visual/manual_2015_3v.pdf . Solicitação de criação de artes padronizadas para os campi de programas ou projetos institucionais por parte das Pró-Reitorias para utilização por toda a instituição.	FRACO	0,8	5	MODERADO	
Eventos	Planejamento e calendário de eventos	1. Concentração de eventos, em especial os de grande porte, em determinado período do ano	1. Dificuldade ou impossibilidade da participação do público; 2. Sobrecarga de trabalho ao setor	1. Falta de planejamento quanto ao calendário de eventos institucionais	4	3	4	3	4	3	12	Existe uma planilha com o Calendário de Eventos Institucionais promovidos pela Reitoria (Gabinete e Pró-Reitorias) para que não haja choque de eventos. Os grandes eventos dependem de recursos financeiros para serem promovidos e como geralmente os recursos são liberados pelo Governo Federal para ações de natureza a partir de maio, não se consegue promover os eventos de grande porte no primeiro semestre devido aos prazos de serviços licitatórios e calendário escolar, por isso ficam geralmente para o segundo semestre.	MEDIANO	0,6	7	MODERADO	
		2. Choque de datas de eventos importantes em nível institucional em acontecimento simultâneo;	1. Sobrecarga de trabalho ao setor 2. Comprometimento da divulgação do evento; 3. Dificuldade ou impossibilidade da participação do público;	1. Falta de planejamento quanto ao calendário de eventos institucionais	1	5	1	4	1	4,5	5	Calendário de Eventos compartilhado com os setores da Reitoria para haver melhor planejamento dos eventos.	SATISFATÓRIO	0,4	2	BAIXO	
		3. Ausência ou insuficiência de cobertura jornalística e/ou audiovisual nos eventos	1. Comprometimento da divulgação do evento.	1. Falta de planejamento quanto ao calendário de eventos institucionais	4	2	3	2	3,5	2	7		INEXISTENTE	1	7	MODERADO	
	Execução de eventos	1. Falta de espaço físico próprio para a sua realização.	1. Falha na execução de eventos. 2. Não satisfação das expectativas do público-alvo 3. Atraso ou inviabilidade do evento			3	2	2	4	2,5	3	8		INEXISTENTE	1	8	MODERADO
		2. Dificuldades para acesso de internet em espaços locados.	1. Falha na execução de eventos. 2. Não satisfação das expectativas do público-alvo 3. Atraso ou inviabilidade do evento			1	5	1	4	1	4,5	5	No pregão de serviços de solenidades e eventos todos os espaços para locação devem disponibilizar acesso à internet.	SATISFATÓRIO	0,4	2	BAIXO
		3. Carência de serviços de apoio (cerimonial, copa, etc)	1. Falha na execução de eventos. 2. Não satisfação das expectativas do público-alvo			2	3	2	3	2	3	6	No pregão de serviços de solenidades e eventos são inseridas demandas de serviços de mestre de cerimônias, cerimonialista e de copa para apoio a eventos. Servidores de todas as unidades administrativas recebem capacitações esporádicas sobre cerimonial e protocolo para auxílio em eventos institucionais. Desde 2021 nos eventos os quais a Reitoria participa os roteiros dos cerimoniais são revisados pelo Gabinete e/ou DepCE.	SATISFATÓRIO	0,4	2	BAIXO
		4. Insuficiência ou falhas de recursos na realização de eventos on-line	1. Falha na execução de eventos. 2. Não satisfação das expectativas do público-alvo 3. Atraso ou inviabilidade do evento			3	4	3	4	3	4	12	São realizados testes de áudio e vídeo com os participantes antes do evento iniciar.	MEDIANO	0,6	7	MODERADO
		Cerimonial e Protocolo	1. Condução por servidores não capacitados na área;	1. Quebra de protocolos da área de cerimonial. 2. Falha na relação político-institucional com instituição parceira. 3. Prejuízo à imagem institucional			3	4	3	4	3	4	12	Nos eventos de grande porte em nível institucional o Departamento de Eventos e Gabinete da Reitoria participam no planejamento e também na execução dos eventos com apoio de profissionais especializados.	MEDIANO	0,6	7
	2. Ausência de servidor para realizar a condução		1. Quebra de protocolos da área de cerimonial. 2. Falha na relação político-institucional com instituição parceira. 3. Prejuízo à imagem institucional			3	4	3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO

Programação visual	Elaboração de projetos	1. Não atender aos objetivos institucionais e do demandante;	1. Prejudicar o planejamento de ações institucionais; 2. Não atender à missão, visão e valores da instituição; 3. Prejuízo à imagem institucional		3	3	3	3	3	3	9		INEXISTENTE	1	9	MODERADO	
		2. Não entrega do projeto no prazo estabelecido	1. Prejudicar o planejamento de ações institucionais; 2. Não atender à missão, visão e valores da instituição; 3. Prejuízo à imagem institucional		4	4	4	4	4	4	4	16	Os serviços na área de programação visual estão sendo realizados através do Suap, que contém prazo máximo de atendimento e pode ser acompanhado pelos demandantes e chefias imediatas.	MEDIANO	0,6	10	MODERADO
		3. Força de trabalho insuficiente para atendimento da demanda	1. Prejudicar o planejamento de ações institucionais;		2	4	2	4	2	4	4	8	Existe um apoio entre os profissionais de comunicação na prestação de serviços quando da ausência de profissionais da área, em caráter de rodízio, sendo conduzida a distribuição dos atendimentos pelo DepCE, controlado através de planilha.	MEDIANO	0,6	5	MODERADO
Jornalismo	Cobertura jornalística	1. Demora na cobertura jornalística de evento presencial e/ou virtual;	1. Atraso no atendimento de outras demandas de prazo exíguo; 2. Prejuízo à transparência das atividades institucionais 3. Prejudicar o planejamento de ações institucionais; 4. Não atender à missão, visão e valores da instituição; 5. Prejuízo à imagem institucional	Falta de agilidade nos serviços de cobertura jornalística	4	3	4	3	4	3	12	No Suap existe a possibilidade de avaliação dos serviços por parte do demandante para o caso de haver demora na publicação de matérias relacionadas a eventos. Nos eventos de grande porte institucionais a cobertura do evento é realizada de modo presencial por profissionais de comunicação, prioritariamente na abertura e encerramento. Já os eventos de pequeno e médio porte, sempre que há um profissional de audiovisual na unidade eles são convocados para fazer os registros visuais e encaminhar com maior brevidade possível para os jornalistas da instituição.	FRACO	0,8	10	MODERADO	
		2. Não atender aos objetivos institucionais e do demandante;	1. Prejuízo à transparência das atividades institucionais 2. Prejudicar o planejamento de ações institucionais; 3. Não atender à missão, visão e valores da instituição;		3	4	3	3	3	3,5	11	No Suap possui espaço para avaliação dos serviços por parte do demandante. O DepCE acompanha as publicações dos eventos mais relevantes em nível institucional, solicitando alterações sempre que necessário, de modo à matéria e publicações atenderem aos objetivos.	FRACO	0,8	8	MODERADO	
		3. Não realização da cobertura jornalística solicitada	1. Prejuízo à transparência das atividades institucionais 2. Não atender à missão, visão e valores da instituição;		3	2	3	3	3	2,5	8	Quando não há possibilidade de cobertura por jornalista é solicitado a um técnico em audiovisual para fazer o registro fotográfico e ao demandante para abrir um chamado inserindo informações básicas e contato para maiores informações para a elaboração de matéria.	FRACO	0,8	6	MODERADO	
		4. Força de trabalho insuficiente para atendimento da demanda	1. Atraso no atendimento de outras demandas de prazo exíguo; 2. Prejuízo à transparência das atividades institucionais		4	3	4	3	4	3	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO	
	Site institucional	1. Ausência de informações de publicidade obrigatória	1. Dificulta a transparência das informações institucionais e o acesso. 2. Dificuldade de localização das informações pelos usuários 3. Falta de informações claras e objetiva no acesso às informações institucionais		3	3	4	4	3,5	3,5	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO	
		2. Falhas de navegabilidade e usabilidade	1. Dificulta a transparência das informações institucionais e o acesso. 2. Dificuldade de localização das informações pelos usuários 3. Falta de informações claras e objetiva no acesso às informações institucionais		4	3	4	4	4	3,5	14		INEXISTENTE	1	14	ALTO	
	Redes Sociais	1. Inexistência do manual de comunicação do IF Sertão PE	1. Possibilidade de transmissão de imagem pouco profissional para a comunidade pela falta de padronização quanto à forma. 2. Prejuízo à imagem institucional 3. Prejuízo ao direito de informação	Falta do Manual de comunicação e padronização do uso de redes sociais institucionais	3	3	3	3	3	3	9		INEXISTENTE	1	9	MODERADO	
		2. Ausência ou insuficiência de respostas ao público interessado por meio das redes sociais	1. Prejuízo à imagem institucional 2. Prejuízo ao direito de informação		4	4	4	3	4	3,5	14		INEXISTENTE	1	14	ALTO	

	Atendimento à imprensa	1. Falta de preparo para entrevistas;	1. Prejuízo à imagem institucional; 2. Comprometimento das ações institucionais;	Falta de preparo para a concessão de entrevistas e a possibilidade de transmissão inadequada da mensagem	3	4	3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO	
Audiovisual	Aquisição, guarda e preservação de equipamentos	1. Necessidade constante de atualização dos equipamentos diante da modernização contínua que existe no seguimento	1. Dificuldade no acompanhamento dinâmico das tecnologias, especialmente com o advento dos eventos virtuais; 2. Falha do controle de localização dos equipamentos por parte do setor de comunicação;	Apresentar à comunidade material de qualidade inferior à esperada pelos usuários	2	3	3	2	2,5	2,5	6	Auxiliar os profissionais de audiovisual da instituição na inserção de demandas no Sicabs para aquisição de novos equipamentos e no processo de aquisição de novos equipamentos quando houver ata vigente. Foi montada planilha com os equipamentos de audiovisual de todas as unidades para verificação do que a instituição possuía em seu acervo.	MEDIANO	0,6	4	BAIXO	
		2. Demora na devolução imediata dos equipamentos utilizados por servidores;	Falha do controle de localização dos equipamentos por parte do setor de comunicação;	Falha no controle de guarda dos equipamentos	2	4	2	4	2	4	8	Foi inserido no Suap o serviço de empréstimo de equipamentos de audiovisual, utilizado também para materiais ligados a eventos, facilitando assim o controle dos mesmos e processo de devolução. O DepCE mantém seu acervo atualizado, com tombamento em todos os bens e também foi etiquetado com adesivos com a logo da instituição e o nome Reitoria para facilitar a identificação dos mesmos em eventos.	SATISFATÓRIO	0,4	3	BAIXO	
		3. Ausência de equipamentos adequados para atendimento das demandas	Prejuízo às demandas institucionais e às expectativas do público-alvo	Produção de material não compatível com o padrão de qualidade requerido pela instituição	3	4	3	4	3	4	12	Aquisição de equipamentos e materiais de audiovisual pelas unidades administrativas, quando há ata de licitação vigente. As listas de equipamentos de audiovisual são sempre revisadas e modernizadas a cada processo licitatório pelos profissionais da área.	MEDIANO	0,6	7	MODERADO	
		4. Falhas no planejamento de aquisição de novos equipamentos ou peças de reposição	Prejuízo às demandas institucionais e às expectativas do público-alvo	Não dispor de equipamentos adequados para a prestação de serviços de audiovisual, prejudicando a qualidade dos serviços.	3	3	4	4	3,5	3,5	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO	
Gestão das Políticas, Diretrizes e Atividades de Tecnologia da Informação	Contratações de TIC	Aquisição de objeto que não atende à demanda ou a não aquisição por falta de detalhamento na especificação	1. Não atendimento dos requisitos necessários para resolução do problema institucional 2. Subutilização do equipamento adquirido 3. Prejuízo para a prestação do serviço afetado pela aquisição inadequada 4. Desperdício de dinheiro público	Elaboração da descrição do objeto sem detalhamento da necessidade institucional			3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO	
	Infraestrutura e Segurança da Informação	Indisponibilidade de backups de dados.	1. Não recuperação de dados. 2. Prejuízo ao patrimônio imaterial 3. Responsabilização dos servidores 4. Dano ao erário 5. Retrabalho	Cópia de segurança dos dados não disponível ou sem integridade em razão de indisponibilidade de rede, quedas ou oscilações de energia ou erros de configuração das estratégias de backups.			4	5	4	5	20		INEXISTENTE	1	20	ALTO	
		Falhas na disponibilidade de rede lógica de dados do Campus/Reitoria.	Indisponibilidade de recursos, serviços e sistemas informatizados.	Erros de configuração de ativos de rede. Quedas ou oscilações de energia elétrica. Queima ou falhas de componentes eletrônicos. Falta de conhecimento sobre manutenção preventiva e corretiva em cabeamento estruturado. Ausência de capacitações em redes de comunicação de dados.			3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO	
		Indisponibilidade de link de internet.	1. Indisponibilidade de recursos, serviços e sistemas informatizados. 2. Prejuízo ao acesso à informação 3. Prejuízo no cumprimento do planejamento	Link de Internet inoperante por problemas de fibra óptica rompida, equipamento de rede defeituoso ou Interrupção de fornecimento de energia.			3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO	
	Sistemas	Falhas ou erros no acesso a sistema ou banco de dados.	Indisponibilidade de sistemas informatizados.	Inexistência de conectividade de rede. Falhas ou erros na configuração do serviço. Comprometimento do sistema operacional. Ataques internos e externos.			4	3	4	3	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO	
		Sistemas inadequados para as demandas institucionais	1. Não atendimento ou atendimento deficiente das demandas institucionais 2. Prejuízos na execução do planejamento institucional				4	4	4	4	16		INEXISTENTE	1	16	ALTO	
		Ausência ou deficiência na comunicação entre sistemas	Prejuízos na execução do planejamento institucional				4	4	4	4	16		INEXISTENTE	1	16	ALTO	
Falhas no tratamento do sigilo das informações (LGPD)		1. Responsabilização 2. Dano ao erário 3. Prejuízos a servidores, alunos ou terceiros				3	5	3	5	15		INEXISTENTE	1	15	ALTO		
Operacionalização do site institucional	1. Falta de navegabilidade no site institucional	1. Prejuízos à transparência 2. Prejuízo na oferta dos serviços institucionais e para o público interessado				5	4	5	4	20		INEXISTENTE	1	20	ALTO		
Estimativas das Receitas	Receita prevista acima da capacidade de arrecadação	Redução do orçamento previsto para o exercício seguinte				2	2	2	4	2	3	6	Avaliação da Receita baseado no histórico dos últimos anos	MEDIANO	0,6	4	BAIXO

Gestão Administrativa, Orçamentária e Financeira	Fixação das Despesas Correntes	Despesas fixadas superiores ao orçamento previsto	Redução na liberação orçamentária, na conta limite de empenho.		2	3	3	4	2,5	3,5	9		INEXISTENTE	1	9	MODERADO				
	Execução das Receitas	Volume previsto de receita não ser alcançado	Redução na liberação orçamentária, na conta limite de empenho.		3	2	3	4	3	3	9		INEXISTENTE	1	9	MODERADO				
	Execução das Despesas Correntes	Despesas acima do fixado	Anulação de empenhos até atingir o limite previsto		2	2	3	4	2,5	3	8	Reavaliação constante dos contratos Acompanhamento da execução orçamentária e financeira	MEDIANO	0,6	5	MODERADO				
	Programação Financeira	Perda de prazo para liquidações das despesas	Atraso na liberação de recursos		3	4	3	4	3	4	12	Fixação de prazo interno para liquidação das despesas Acompanhamento da execução das despesas nos Campi	FACO		0	BAIXO				
	Despesas Pendentes	Despesas com longos atrasos	Problemas junto aos fornecedores, com possibilidades de multas e juros		3	4	3	4	3	4	12	Fixação de prazo interno para liquidação das despesas Acompanhamento da execução das despesas nos Campi	FACO		0	BAIXO				
	Acréscimos Monetários	Acréscimos indevidos às despesas	Prejuízo ao erário, e possibilidade de apurar quem deu causa		2	3	3	4	2,5	3,5	9	Fixação de prazo interno para liquidação das despesas Acompanhamento da execução das despesas nos Campi	FRACO	0,8	7	MODERADO				
	Despesas de Exercícios Anteriores	Inscrição equivocada de RAP	Não liberação dos recursos; suspensão do bem ou serviço; prejuízo ao erário; e consequentemente, apuração de responsabilidade.		1	2	2	3	1,5	2,5	4	Reavaliação das despesas inscritas	MEDIANO	0,6	2	BAIXO				
	1. Descrição insuficiente, obsoleta e/ou direcionada do objeto;	Cancelamento do item, não aquisição			4	4	4	4	4	4	16	<ul style="list-style-type: none"> Lista elaborada com a participação de servidores da área técnica e/ou envolvidos com o uso do objeto – de todas as Unidades interessadas; Unidade Técnica Responsável (UTR) pela lista é o campus/Reitoria que detém experiência na aquisição; Sugestão de novos itens passa por avaliação técnica no campus (que sugeriu) e pela avaliação final da UTR. Divulgação da ferramenta CATMAT, como ponto de partida para descrição dos itens. Fluxograma de elaboração da lista; É dado um prazo mínimo de 5 dias úteis para que as Unidades apresentem possíveis sugestões antes da definição da lista-base; 	SATISFATÓRIO	0,4	6	MODERADO				
					2. Lista base inconsistente para demandas	Descontinuidade do processo, retrabalhos									12	<ul style="list-style-type: none"> Lista elaborada com a participação de servidores da área técnica e/ou envolvidos com o uso do objeto – de todas as Unidades interessadas; Unidade Técnica Responsável (UTR) pela lista é o campus/Reitoria que detém experiência na aquisição; Sugestão de novos itens passa por avaliação técnica no campus (que sugeriu) e pela avaliação final da UTR. Divulgação da ferramenta CATMAT, como ponto de partida para descrição dos itens. Fluxograma de elaboração da lista; É dado um prazo mínimo de 5 dias úteis para que as Unidades apresentem possíveis sugestões antes da definição da lista-base; 	SATISFATÓRIO	0,4	5	MODERADO
																3. Dimensionamento Equivocado do objeto	Não atendimento das reais necessidades e/ou expectativa de grande venda junto aos licitantes	Em caso de falta, não atendimento da real necessidade. Demanda em excesso, expectativa de venda por parte do licitante que reduzir o custo inviabilizando a venda em caso de quantidades menores		

Gestão de Patrimônio e Aquisições	Planejamento da Contratação	4. Justificativa e memória de cálculo em desacordo com a finalidade institucional	Descontinuidade do processo, retrabalhos.		3	4	3	4	3	4	12	As justificativas e memórias de cálculo passam por análise técnica e administrativa, via sistema; A memória de cálculo é feita por item, de acordo com o consumo/histórico; Nos casos em que a lista é dividida em grupos, o sistema exige uma justificativa para cada grupo na mesma lista;	MEDIANO	0,6	7	MODERADO
		5. Cancelamento do pedido devido ao não cumprimento das obrigações entre os envolvidos, no sistema.	Necessidades não contempladas no processo de aquisição		3	4	3	4	3	4	12	Os DAP's dos Campi são orientados a verificarem a situação dos pedidos antes de gerar o relatório consolidado da sua Unidade. Na Reitoria, cabe ao DPGRA Antes de emitir o relatório geral do IF Sertão-PE, o DPGRA verifica o status de todos os pedidos da lista que está sendo encerrada Ao perceber pedidos cancelados, o DPGRA entra em contato com setor ou o DAP do Campus e/ou PROAD na Reitoria para confirmação			0	BAIXO
		6. Estudo Técnico Preliminar inconsistente	Falha na escolha da melhor solução		3	4	3	4	3	4	12	1- Quanto ao Estudo Técnico Preliminar, é feita uma pesquisa, pelos servidores do DPGRA, sobre contratações similares de outros órgãos na tentativa de encontrar nova soluções de mercado para a demanda existente. Com isso, elabora-se um escopo do ETP ficando as lacunas e possíveis decisões a serem discutidas com a área técnica/equipe de planejamento da contratação; 2 - Realização de reuniões com a equipe de planejamento da contratação para discutir os tópicos do ETP; 3 - Estudo Técnico Preliminar concluído somente após a elaboração da pesquisa de preços. 4 - Participação do(s) setor(es) interessado(s), área técnica e área de licitação na confecção dos documentos; 5. Adotar os modelos da AGU para Termo de Referência e Edital;	FACO		0	BAIXO
		7. Termo de Referência com ausência de informações ou com exigências excessivas	Problemas na execução do contrato e/ou restrição à competitividade		3	4	3	4	3	4	12	1- Quanto ao Estudo Técnico Preliminar, é feita uma pesquisa, pelos servidores do DPGRA, sobre contratações similares de outros órgãos na tentativa de encontrar nova soluções de mercado para a demanda existente. Com isso, elabora-se um escopo do ETP ficando as lacunas e possíveis decisões a serem discutidas com a área técnica/equipe de planejamento da contratação; 2 - Realização de reuniões com a equipe de planejamento da contratação para discutir os tópicos do ETP; 3 - Estudo Técnico Preliminar concluído somente após a elaboração da pesquisa de preços. 4 - Participação do(s) setor(es) interessado(s), área técnica e área de licitação na confecção dos documentos; 5. Adotar os modelos da AGU para Termo de Referência e Edital;	FRACO	0,8	10	MODERADO
	Pesquisa de Preços	Pesquisa de preço superestimada ou inexequível	1. Abertura para a possibilidade de conluio (nos casos de superestimativa); 2. Possibilidade de itens cancelados por inexistência de propostas para os preços muito abaixo do mercado.		3	4	3	4	3	4	12	1 - Cumprimento das normas específicas de pesquisa de preço; 2 - Buscar fontes diversas para definição do preço médio, conforme Instrução Normativa; 3 - Atentar para a similaridade dos itens no tocante a características e quantitativos equivalentes; 4 - Avaliar a possibilidade de obtenção do valor de referência a partir de outro mecanismo estatístico diferente da média aritmética, conforme Instrução Normativa	MEDIANO	0,6	7	MODERADO

	Seleção de fornecedor	Edital omissivo ou excessivo quanto às exigências	1. Restrição à competitividade; 2. Questionamentos; 3. Impugnação de edital e/ou impossibilitar a realização do certame licitatório	3	4	3	4	3	4	12	1 - Adotar os modelos disponibilizados no site da AGU; 2 - Solicitar apoio técnico de outras áreas no tocante às exigências específicas do objeto; 3 - Consultar o processo anterior ou outras contratações similares – pesquisa.	SATISFATÓRIO	0,4	5	MODERADO
	Gestão de Contrato	1.Fiscalização inadequada dos Contratos	1.Dano ao erário; 2. Má prestação dos serviços ou recebimento de bens de má qualidade 3. Comprometimento da ação/atividade/objetivo institucional	4	4	4	4	4	4	16	<ul style="list-style-type: none"> Inclusão do fiscal na fase de planejamento da contratação; Capacitar os fiscal antes e, se necessário, durante o período do contrato. Deixar os fiscais cientes das condições estabelecidas na contratação (Termo de Referência e Edital) Sempre que possível, nomear fiscal técnico, fiscal administrativo e gestor de contratos. 	SATISFATÓRIO	0,4	6	MODERADO
		2.Descontinuidade dos serviços essenciais	1. Abertura de processos emergenciais; 2. Dano ao erário,	3	4	3	5	3	4,5	14	1 - Iniciar a nova contratação com, no mínimo, 06 meses de antecedência. 2 - Avaliar a possibilidade do contrato ter prazo superior a 12 meses 3 - Controle da vigência dos contratos e definição de prazo para consulta quanto à renovação	MEDIANO	0,6	8	MODERADO
	Sistema de Controle Patrimonial	Não atualização dos dados no Sistema	Falta de controle e localização dos bens patrimoniais	3	2	5	4	4	3	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
	Administração e Controle de Materiais	Falta de Materiais no Almoxarifado	Não atendimento das necessidades materiais da instituição	3	2	3	4	3	3	9		INEXISTENTE	1	9	MODERADO
	Adições de Bens Imobiliários	Não atualização dos dados no Sistema	Falta de controle e localização dos bens patrimoniais	3	2	5	4	4	3	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
Conservação de Bens Imobiliários	Depreciação do Bens Imobiliários inexistente ou em desconformidade	Incompatibilidade com o real estado/valor dos bens	4	3	4	4	4	3,5	14		INEXISTENTE	1	14	ALTO	
Gestão de Engenharia e Infraestrutura	Estudos e Projetos de Construções, Reformas e Manutenção.	1. Erro de análise.	Superfaturamento da obra	3	4	3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
		2. Erro de elaboração de projeto.	Inadequação dos projetos e da obra	3	3	3	4	3	3,5	11		INEXISTENTE	1	11	MODERADO
		3. Inadequação da demanda apresentada pelos gestores.	Execução de obra de modo a não alcançar a finalidade pretendida	2	4	3	4	2,5	4	10		INEXISTENTE	1	10	MODERADO
		4. Elaboração dos projetos com ausência de estudos preliminares	Dano ao erário	1	2	1	4	1	3	3		INEXISTENTE	1	3	BAIXO
		5. Ausência de softwares específicos para estudos de engenharia	Inviabilidade ou morosidade na execução dos projetos	3	3	3	4	3	3,5	11		INEXISTENTE	1	11	MODERADO
		6. Inviabilidade no custo-benefício da reforma	Atraso na entrega do objeto	2	3	2	4	2	3,5	7		INEXISTENTE	1	7	MODERADO
	Orçamentação	1. Erros de quantificação;	Superfaturamento	3	4	3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
		2. Erros de composição de preço	Dano ao erário Necessidade de responsabilização Atraso na entrega do objeto	3	4	3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
	Controle, fiscalização e recebimento de Obras e Serviços de Engenharia.	1. Atraso no cronograma da obra	Dano à imagem institucional	4	3	4	4	4	3,5	14		INEXISTENTE	1	14	ALTO
		2. Falhas de execução	Inadequação das instalações construídas/reformadas	3	4	3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
		3. Paralisação da obra	Dano à imagem institucional	1	4	2	4	1,5	4	6		INEXISTENTE	1	6	MODERADO
		4. Falhas na fiscalização da obra	Dano ao erário e responsabilização de servidor por pagamento em desconformidade com o serviço executado	2	4	3	4	2,5	4	10		INEXISTENTE	1	10	MODERADO
Gestão de Manutenção, Transporte, Segurança e Limpeza	Manutenção preventiva	Altos custos das manutenções corretivas	Dano ao erário	3	4	3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
	Manutenção preventiva dos veículos	1. Acidentes com os veículos	1. Responsabilização do Servidor; 2.Dano a Imagem Institucional 3. Dano a integridade física dos servidores	3	4	3	4	3	4	12	Resolução N.º 21 do Conselho Superior, de 28 de março de 2023	FRACO	0,8	10	MODERADO
		2. Maior consumo de combustível	Dano ao erário	3	3	3	4	3	3,5	11		INEXISTENTE	1	11	MODERADO
	Vigilância Patrimonial	1. apropriação indébita e danos à propriedade	1. Dano ao erário 2. Responsabilização do Servidor 3. Dano a Imagem Institucional	3	4	3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
		2. vandalismo	Dano ao erário Dano a integridade física dos servidores	3	4	3	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO

		2. Acessos físicos indevidos	1. Perda de bem; 2. Probabilidade de agressão e violência no local de trabalho 3. Dano a integridade física dos servidores	3	3	3	4	3	3,5	11		INEXISTENTE	1	11	MODERADO
Concursos públicos e processos seletivos de admissão	1. Dificuldade de realização dos certames provocada por carências na estrutura física, falta de equipamentos e materiais de consumo em quantidade adequada.	1. Atraso ou impossibilidade de provimento de cargos 2. Ocorrência de impugnação do edital, processo judicial, suspensão do certame 3. Prejuízo para a imagem institucional		4	3	3	3	3,5	3	11	1. Avaliação da infraestrutura necessária para realização de concursos; 2. Contratação de empresa especializada em realização de concursos;	MEDIANO	0,6	6	MODERADO
	2. Ocorrência de irregularidades durante todo o processo de seleção	1. Ocorrência de impugnação do edital, processo judicial, suspensão do certame 2. Prejuízo para a imagem institucional 3. Não seleção do melhor candidato		4	3	3	4	3,5	3,5	12	1. Análise da Procuradoria jurídica do edital, bem como consultoria no andamento do processo; 2. Fiscalização devida da empresa eventualmente contratada para realização do concurso	FRACO	0,8	10	MODERADO
	3. Deficiência nos critérios de avaliação do processo seletivo	1. Ocorrência de impugnação do edital, processo judicial, suspensão do certame 2. Prejuízo para a imagem institucional 3. Não seleção do melhor candidato		3	3	3	4	3	3,5	11	1. Realização de trabalho de revisão pela comissão responsável	FRACO	0,8	8	MODERADO
	4. Inadequação da demanda solicitada no processo seletivo em relação ao estudo de dimensionamento de pessoal	1. Dano ao erário		2	4	4	4	3	4	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
	5. Inobservância dos requisitos legais no edital	1. Ocorrência de impugnação do edital, processo judicial, suspensão do certame 2. Prejuízo para a imagem institucional 3. Não seleção do melhor candidato 4. Dano ao erário		2	3	2	4	2	3,5	7	1. Realização de trabalho de revisão pela comissão responsável	FRACO	0,8	6	MODERADO
Controle de Frequência	1. Atraso e falta de acompanhamento da frequência por parte das chefias imediatas	Para técnicos: Falha no lançamento de informações relevantes, a exemplo de faltas e atrasos, nos assentamentos dos servidores, o que pode provocar o pagamento inadequado da remuneração.		4	3	4	3	4	3	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
		Para professores: Falha no lançamento de informações relevantes, a exemplo de faltas e atrasos, nos assentamentos dos servidores, o que pode provocar o pagamento inadequado da remuneração.		4	3	4	3	4	3	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
Trabalho Remoto	1. Dificuldade de acompanhamento das atividades realizadas.	1. Impacto direto sobre o alcance de objetivos e metas institucionais. 2. Prejuízos nos serviços prestados 3. Dano erário		3	4	3	4	3	4	12	1. Capacitação dos gestores; 2. Atualização de normativas; 3. Verificação e atualização dos sistemas de controle e monitoramento	MEDIANO	0,6	7	MODERADO
	2. Falhas de informação no sistema SUAP	Os mesmos		4	2	3	3	3,5	2,5	9		INEXISTENTE	1	9	MODERADO
Flexibilização de jornada	1. Dificuldade de identificar setores e grupos de servidores que podem usufruir da flexibilização.	1. Possíveis penalidades que podem ser aplicadas por órgãos de controle ou pela própria instituição. 2. Precarização do serviço prestado				2	4	2	4	8		INEXISTENTE	1	8	MODERADO
	2. Concessão indevida da flexibilização de jornada	Os mesmos		3	3	3	3	3	3	9	1. Revisão dos atos de concessão	SATISFATÓRIO	0,4	4	BAIXO
Dimensionamento de Pessoal	1. Dimensionamento inadequado por parte das unidades organizacionais.	1. Impacto sobre a realização das atividades institucionais 2. Utilização inadequada da força de trabalho ou sobrecarga de trabalho 3. Falta ou insuficiência de servidores em postos de trabalho.		3	3	4	4	3,5	3,5	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
	2. Ausência de estudo interno para ajustes do dimensionamento	1. Utilização inadequada da força de trabalho ou sobrecarga de trabalho 2. Falta ou insuficiência de servidores em postos de trabalho.		3	3	4	4	3,5	3,5	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO

Gestão de Pessoas		3. Inobservância da portaria 713/2021, do MEC	1. Responsabilização de servidores 2. Utilização inadequada da força de trabalho ou sobrecarga de trabalho 3. Falta ou insuficiência de servidores em postos de trabalho.		3	3	4	4	3,5	3,5	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO	
	Licença para tratamento de saúde ou licença por motivo de doença em pessoa da família	1. Atraso no envio de atestados médicos	1. Dificuldade no agendamento de perícias, de lançamento dos afastamentos no sistema		4	3	4	4	4	3,5	3,5	14		INEXISTENTE	1	14	ALTO
		2. Falsificação do atestado médico ou atestado em desacordo com o real quadro de saúde	1. Recebimento indevido de benefícios. 2. Dano ao erário e necessidade de responsabilização		1	3	2	4	1,5	3,5	3,5	5		INEXISTENTE	1	5	MODERADO
		3. Fraude no resultado das perícias	1. Recebimento indevido de benefícios. 2. Dano ao erário e necessidade de responsabilização		1	3	1	4	1	3,5	3,5	4		INEXISTENTE	1	4	BAIXO
	Licença para capacitação	1. Atraso no envio dos certificados de participação de eventos de capacitação.	1. Necessidade de responsabilização e devolução dos valores recebidos durante a licença. 2. Prejuízo aos serviços de competência do servidor afastado.	A falta de comprovação enseja a abertura de processo administrativo e devolução dos valores recebidos durante a licença.				3	1	3	1	3		INEXISTENTE	1	3	BAIXO
		2. Não apresentação ou inconsistências dos certificados de capacitação	Os mesmos		1	4	1	3	1	3,5	3,5	4		INEXISTENTE	1	4	BAIXO
		3. Inadequação da carga horária do curso para a carga horária exigida para o período de licença	Os mesmos		1	4	1	3	1	3,5	3,5	4		INEXISTENTE	1	4	BAIXO
	Afastamento para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu	1. Atraso na abertura de processo de afastamento ou de prorrogação do afastamento por parte dos servidores.	1. Professores: Dificuldade de contratação ou de prorrogação do contrato de professores substitutos. 2. Necessidade de ressarcimento dos danos ao erário		3	3	3	3	3	3	3	9		INEXISTENTE	1	9	MODERADO
		2. Finalização do curso de pós-graduação antes do término do afastamento sem retorno imediato	1. Professores: Dificuldade de contratação ou de prorrogação do contrato de professores substitutos. 2. Necessidade de ressarcimento dos danos ao erário		3	3	3	3	3	3	3	9		INEXISTENTE	1	9	MODERADO
		3. Não conclusão do curso	1. Necessidade de ressarcimento dos danos ao erário		4	3	4	3	4	3	3	12	1. Acompanhamento semestral do afastamento do servidor; 2. Abertura de processo de reposição ao erário	MEDIANO	0,6	7	MODERADO
	Demissão e exoneração	1. Demissão irregular	1. Diminuição da força de trabalho e dificuldade no atingimento de metas institucionais de desenvolvimento 2. Dano ao erário por dever de ressarcimento ao servidor prejudicado		1	3	2	4	1,5	3,5	3,5	5		INEXISTENTE	1	5	MODERADO
		2. Alta rotatividade em decorrência de pedidos de exoneração	1. Diminuição da força de trabalho e dificuldade no atingimento de metas institucionais de desenvolvimento		4	3	4	3	4	3	3	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
	Cessão e requisição	1. Sobreposição de interesses particulares ao interesse público, por meio de favorecimentos	1. Prejuízo à imagem institucional 2. Prejuízo na força de trabalho institucional		4	4	4	4	4	4	4	16	1. Recusa de atendimento a pedidos de requisição nominal; 2. Realização de edital interno para seleção de candidatos a requisição.	SATISFATÓRIO	0,4	6	MODERADO
		2. Fragilidade no processo de cessão e requisição	1. Prejuízo à imagem institucional 2. Prejuízo na força de trabalho institucional		3	4	3	4	3	4	4	12	1. Regulamentação dos processos de cessão e requisição.	FRACO	0,8	10	MODERADO
	Movimentação de servidores (redistribuição e remoção)	1. Sobreposição de interesses particulares ao interesse público	1. Desmotivação do servidor 2. Dano ao erário 3. Prejuízo ao serviço 4. Impacto na força de trabalho		3	4	3	4	3	4	4	12	1. Regulamentação dos processos e observância as normas estabelecidas	FRACO	0,8	10	MODERADO
		2. Fragilização no processo de redistribuição ou remoção	1. Desmotivação do servidor 2. Dano ao erário 3. Prejuízo ao serviço 4. Impacto na força de trabalho		3	3	3	4	3	3,5	3,5	11	1. Regulamentação dos processos e observância as normas estabelecidas	FRACO	0,8	8	MODERADO
Adicionais de Inesalubridade e	1. Mudança de localização ou de condição não formalizada e não comunicada à DGP.	1. Pagamento indevido de adicional.		3	3	3	3	3	3	3	9		INEXISTENTE	1	9	MODERADO	

	Adicionais de insalubridade e Periculosidade	2. Falha na avaliação pela perícia	1. Pagamento indevido de adicional. 2. Prejuízo ao servidor por erro ou morosidade na elaboração do laudo	1	3	2	3	1,5	3	5	1. Capacitação dos responsáveis pela avaliação pericial; 2. Regulamentação dos processos e observância das normas pertinentes	FRACO	0,8	4	BAIXO	
	Seleção e acompanhamento de contratos de estágio	1. Falta de acompanhamento, por parte dos orientadores, durante a execução do estágio, quanto ao término do contrato ou desligamento do estagiário.	1. Pagamento indevido de bolsa de estágio. 2. Prejuízo didático	2	3	3	3	2,5	3	8		INEXISTENTE	1	8	MODERADO	
		2. Desvio da finalidade de contrato-estágio	1. Prejuízo didático		1	3	3	3	2	3	6		INEXISTENTE	1	6	MODERADO
	Folhas de pagamento	1. Lançamento indevido ou não lançamento de valores.	1. Dano ao erário ou prejuízo ao servidor	Pela limitação do sistema de pagamento, há necessidade de realização de cálculos manualmente e possibilidade de lançamento indevido de valores.	3	2	3	2	3	2	6		INEXISTENTE	1	6	MODERADO
		2. Descontos indevidos ou não realização de descontos devidos.	1. Dano ao erário ou prejuízo ao servidor		3	2	3	2	3	2	6		INEXISTENTE	1	6	MODERADO
	Controle de Férias	1. Falha no planejamento e de acompanhamento por parte das chefias imediatas.	1. Elevado número de solicitações de alteração ou interrupção dos períodos de férias, feitas constantemente de forma intempestiva, o que pode gerar o registro inadequado das férias. 2. Prejuízo na força de trabalho por falha no planejamento dos calendários de férias		4	3	4	3	4	3	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
		2. Falha na transferência de atividades e informações previamente às férias do servidor	1. Prejuízo ao serviço em decorrência da falta de informações por parte dos servidores que assumirem as atividades		3	3	4	3	3,5	3	11		INEXISTENTE	1	11	MODERADO
	Sistemas de gestão de pessoas	1. Insuficiência de sistemas adequados de controle de processos e informações e falta de interação entre os já existentes.	1. Retrabalho e necessidade de elaboração de controles manuais.		4	3	4	3	4	3	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
		2. Falta de capacitação ou conhecimento específico para o manuseio dos sistemas	1. Atraso ou prejuízo na prestação dos serviços por falta de conhecimento		4	3	3	3	3,5	3	11		INEXISTENTE	1	11	MODERADO
	Gratificações	1. Instrução processual inadequada e demora na entrega de diplomas ou certificados.	1. Pagamento indevido e recebimento de demandas judiciais. 2. Dano ao erário		3	3	3	3	3	3	9		INEXISTENTE	1	9	MODERADO
	Auxílio transporte	1. Instrução processual inadequada ou ausência de atualização das informações.	1. Recebimento de demandas judiciais. 2. Pagamento indevido ou excedente 3. Responsabilização por fraudes		4	4	4	3	4	3,5	14		INEXISTENTE	1	14	ALTO
		2. Pagamento simultâneo ao pagamento de diárias	1. Pagamento indevido ou excedente 2. Responsabilização por fraudes		1	3	1	3	1	3	3		INEXISTENTE	1	3	BAIXO
	Ajuda de Custo	1. Instrução processual inadequada.	Atrasos no pagamento ou pagamento indevido de valores (dano ao erário).		3	3	3	3	3	3	9		INEXISTENTE	1	9	MODERADO
		2. Pagamento em duplicidade (no caso de cônjuge ou companheiro já beneficiado)	Atrasos no pagamento ou pagamento indevido de valores (dano ao erário).		1	3	1	3	1	3	3		INEXISTENTE	1	3	BAIXO
	Auxílio Saúde	Falta de comprovação por parte dos servidores.	Necessidade de abertura de processos de ressarcimento ao erário.		4	1	4	2	4	1,5	6		INEXISTENTE	1	6	MODERADO
	Treinamento e Capacitação	1. Falta de planejamento por parte das unidades administrativas quanto à adequação dos cursos ofertados.	1. Aplicação ineficiente dos recursos de capacitação. 2. Prática de atos administrativos sem a expertise necessária para um resultado eficiente, eficaz 3. Prejuízo à capacitação dos servidores por falha na elaboração do PDP		4	3	4	3	4	3	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
		2. Falta de adesão dos servidores aos cursos ofertados.	Os mesmos		4	3	4	3	4	3	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
		3. Falha na elaboração do PDP	1. Prejuízo à capacitação dos servidores por falha na elaboração do PDP		4	3	4	3	4	3	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
	Segurança e Higiene do Trabalho	1. Inadequação na classificação dos ambientes, materiais e estruturas quanto ao grau de insalubridade e periculosidade	1. Impacto sobre a qualidade de vida, saúde e segurança do servidor. 2. Dano ao erário e à imagem institucional		1	3	3	3	2	3	6		INEXISTENTE	1	6	MODERADO
		2. Inadequação dos ambientes de trabalho de forma a contribuir para a saúde do servidor	Os mesmos		3	3	3	3	3	3	9		INEXISTENTE	1	9	MODERADO
3. Ineficiência ou ausência de programas, rotinas e ações voltadas à saúde emocional e psicológica do servidor		Os mesmos		3	3	3	4	3	3,5	11	1. Adoção de Programa de Qualidade de Vida	MEDIANO	0,6	6	MODERADO	

	4. Falhas na disponibilização, instrução e/ou fiscalização de equipamentos de proteção individuais	Os mesmos		3	3	3	4	3	3,5	11		INEXISTENTE	1	11	MODERADO
	5. Carência de servidores, equipamentos e recursos para a realização de ações	Os mesmos		4	4	4	4	4	4	16		INEXISTENTE	1	16	ALTO
Aposentadoria	1. Falta de pessoal e de treinamento em razão das mudanças legislativas constantes.	Atraso na tramitação dos processos de aposentadoria.		2	3	2	3	2	3	6		INEXISTENTE	1	6	MODERADO
	2. Instrução incorreta de processos.	1. Atraso na tramitação dos processos de aposentadoria. 2. Falhas na concessão		2	3	2	3	2	3	6		INEXISTENTE	1	6	MODERADO
Programa de Gestão e Desempenho - PGD	1. Concessão indevida	1. Prejuízo a execução das atividades 2. Dano ao erário 3. Responsabilização		1	3	1	4	1	3,5	4		INEXISTENTE	1	4	BAIXO
	2. Falha ou ausência no acompanhamento do programa pelos setores responsáveis	1. Dano ao erário 2. Responsabilização		3	3	3	4	3	3,5	11		INEXISTENTE	1	11	MODERADO
	3. Ausência ou ineficiência dos serviços prestados pelos servidores aderentes ao programa	1. Comprometimento da execução das ações institucionais; 2. Descumprimento de deveres funcionais;		3	3	3	4	3	3,5	11		INEXISTENTE	1	11	MODERADO
	4. Falha ou ausência do lançamento de informações relacionadas à execução do plano de trabalho	1. Comprometimento da execução das ações institucionais; 2. Descumprimento de deveres funcionais;		2	3	3	3	2,5	3	8		INEXISTENTE	1	8	MODERADO
	5. Falha ou ausência no acompanhamento da execução do plano de trabalho pela chefia imediata	1. Comprometimento da execução das ações institucionais; 2. Descumprimento de deveres funcionais;		1	3	3	4	2	3,5	7		INEXISTENTE	1	7	MODERADO
Monitoramento de acumulação de cargos e integração em quadro societário	1. Acumulo indevido de cargos ou funções públicos ou privados	1. Responsabilização 2. Comprometimento da entrega dos serviços 3. Dano à imagem 4. Dano ao erário		4	3	4	4	4	3,5	14		INEXISTENTE	1	14	ALTO
	2. Ocupação indevida da função de sócio administrador/ME	1. Responsabilização 2. Comprometimento da entrega dos serviços 3. Dano à imagem 4. Dano ao erário		4	3	4	4	4	3,5	14		INEXISTENTE	1	14	ALTO
	3. Descumprimento do regime de dedicação exclusiva	1. Responsabilização 2. Comprometimento da entrega dos serviços 3. Dano à imagem 4. Dano ao erário		4	3	4	4	4	3,5	14		INEXISTENTE	1	14	ALTO
Programas específicos da Política de Assistência Estudantil	1. Atraso no envio de recursos	O estudante que depende do auxílio fica impossibilitado de participar ativamente das atividades escolares podendo causar evasão escolar	Calendários acadêmicos diferentes dos calendários governamentais relacionados à liberação dos recursos orçamentários	2	5	3	5	2,5	5,0	13	Planilha de controle de acompanhamento de estudantes e o planejamento orçamentário dos recursos da Assistência no Sistema Informatizado da AE e PROAD	MEDIANO	0,6	8	MODERADO
	2. Demora no trâmite do Processo	O estudante que depende do auxílio fica impossibilitado de participar ativamente das atividades escolares podendo causar evasão escolar	A demora ocorria frequentemente devido ao processo seletivo para concessão de auxílio não ser feito digitalmente.	2	4	2	4	2	4,0	8	A implantação do sistema informatizado da Assistência estudantil para o processo seletivo para a concessão de auxílios estudantis	FRACO	0,8	6	MODERADO
	3. Pagamento Indevido	1. Necessidade de apuração de responsabilidade e restituição; 2. Danos à imagem institucional.	Essa situação só ocorre se o estudante que participar do processo seletivo usar de má fé e burlar os documentos, a apuração ocorre por meio de denúncia, mas também conseguimos identificar nas visitas das Assistentes Sociais. O evento também pode ocorrer por falha administrativa.	1	3	3	3	2	3,0	6		INEXISTENTE	1	6	MODERADO
	4. Irregularidades na seleção	1. Necessidade de apuração de responsabilidade e restituição; 2. Danos à imagem institucional.	Essa situação pode acontecer devido a uma falha no processo seletivo para concessão de auxílio. Dessa forma, pode ser identificada pela denúncia do estudante que foi lesado no processo ou conferência dos atos praticados. O aluno pode relatar a situação no período de recurso ou após o resultado final.	1	2	2	4	1,5	3,0	5	Programa de monitoramento e Avaliação da Assistência Estudantil	FRACO	0,8	4	BAIXO
	5. Falta de profissionais para compor a equipe multiprofissional	O estudante que depende do auxílio fica impossibilitado de participar ativamente das atividades escolares podendo causar evasão escolar.	O assistente social é um profissional indispensável para o processo seletivo para concessão de auxílios específicos, como também para estabelecer os pareceres e atendimentos para concessão de auxílios emergenciais. Na ausência desses profissionais no campus, ficam prejudicados tanto os processos seletivos para concessão de auxílios específicos da Política de AE como os outros atendimentos atribuídos especificamente para esse profissional.	2	3	4	3	3	3,0	9		INEXISTENTE	1	9	MODERADO

Gestão da assistência, acompanhamento e apoio ao Estudante	Programas Universais: fornecimento de alimentação, seguro de vida, material didático, ajuda de custo, educação e saúde e outros	1. Falta de profissionais para compor a equipe multiprofissional	O estudante que necessita do atendimento de um profissional pode ficar desassistido, podendo causar evasão escolar.	Os atendimentos e ações referentes aos Programas universais são concedidos ao estudante por meio dos profissionais que compõem a equipe multiprofissional (Enfermeiro, nutricionista, psicólogo, pedagogo...), a ausência de algum desses profissionais pode comprometer o atendimento ao estudante, e alguns estudantes dependem desses atendimentos para sua permanência.	2	3	4	4	3	3,5	11		INEXISTENTE	1	11	MODERADO	
		2. Uso inadequado do recurso	1. Restituição ao erário; 2. Devolução dos recursos recebidos; 3. Responsabilização de servidor.	Devido a algumas mudanças que podem ocorrer no decorrer do ano letivo, tanto em relação às atividades como em relação aos repasses de recurso, algumas vezes os campi não planejam bem os recursos e não monitoram e acompanham adequadamente. Pode acontecer de haver devoluções de recursos sem o atendimento necessário às necessidades dos estudantes. O uso inadequado também pode ocorrer por dar destinação diversa ao recurso.	2	2	3	4	2,5	3,0	8		Programa de monitoramento e avaliação da Assistência Estudantil e o acompanhamento do planejamento e reestruturação dele no Sistema Informatizado da AE.	FRACO	0,8	6	MODERADO
	Gestão do Napne	1. Falta de profissionais especializados	1. Não acompanhamento dos estudantes em suas necessidades específicas; 2. O estudante pode evadir por falta de atendimento especializado.	No quadro de servidores não tem atualmente todos os profissionais especializados necessários para o atendimento dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, altas habilidades e superdotação.	3	3	5	5	4	4,0	16		Planilha de diagnóstico da Equipe de profissionais para atendimento ao aluno- Napne; Acompanhamento dos contratos dos Interpretes de Libras avisando sobre a finalização dos contratos para os Gestores locais e DGP; Solicitação das portarias periodicamente para verificar a composição da equipe do Napne.	FRACO	0,8	13	ALTO
		2. Falta de engajamento dos servidores na atuação do Napne	1. Não acompanhamento dos estudantes em suas necessidades; 2. O estudante pode evadir por falta de atendimento especializado.	O Napne, além da Coordenação, necessita do apoio de outros profissionais do Campus para o desenvolvimento das atividades inclusivas.	3	3	4	4	3,5	3,5	12			INEXISTENTE	1	12	ALTO
	Políticas inclusivas	1. Falta de documentos norteadores para delimitar as ações inclusivas	O estudante pode evadir ou ter dificuldades durante a sua trajetória acadêmica por falta do atendimento adequado.	O Instituto vem elaborando de acordo com as demandas cotidianas alguns documentos que possam nortear as ações inclusivas, mas essa necessidade é periódica. Logo, teremos sempre que desenvolver documentos que subsidiem as ações e demandas inclusivas.	1	2	2	4	1,5	3,0	5			INEXISTENTE	1	5	MODERADO
		2. Não institucionalização ou institucionalização inadequada das políticas inclusivas existentes	O estudante pode evadir ou ter dificuldades durante a sua trajetória acadêmica por falta do atendimento adequado.	A falta de diretrizes institucionais pode afetar o atendimento adequado aos estudantes com deficiência e provocar evasão.	1	2	3	4	2	3,0	6			INEXISTENTE	1	6	MODERADO
		3. Ausência de desenvolvimento, não aquisição, aquisição insuficiente ou subutilização das tecnologias assistivas no ambiente do IFSertãoPE	O estudante pode evadir ou ter dificuldades durante a sua trajetória acadêmica por falta do atendimento adequado.	Para o atendimento adequado e desenvolvimento das atividades acadêmicas dos estudantes é importante que sejam ofertados recursos de acessibilidade, dentre eles as tecnologias assistivas.	3	2	3	4	3	3,0	9			INEXISTENTE	1	9	MODERADO
	Proposição e ofertas de cursos de formação	1. Limitação de recursos financeiros, materiais, e humanos para ofertar cursos específicos de formação para os servidores da Assistência Estudantil.	1. Capacitação deficitária para atender as demandas específicas da AE; 2. Dificuldade no desenvolvimento das atividades laborais pela falta de capacitação e/ou desconhecimento de alguns assuntos.	Disponibilização de recursos limitados para atender às necessidades de capacitação dos servidores que compõem a equipe da Assistência Estudantil diante de outras demandas. Eventual ausência de interesse de participação por parte dos servidores.	3	3	3	4	3	3,5	11			INEXISTENTE	1	11	MODERADO
		2. Ausência de iniciativa de participação dos servidores nos cursos ofertados	1. Capacitação deficitária para atender as demandas específicas da AEE; 2. Dificuldade no desenvolvimento das atividades laborais pela falta de capacitação e/ou desconhecimento de alguns assuntos	O risco associado à falta de iniciativa dos servidores em participar dos cursos oferecidos reside na consequente carência de capacitação para atender às demandas específicas da AEE. Esta lacuna de conhecimento pode resultar em dificuldades significativas no desempenho das atividades laborais, causadas pela falta de habilidades necessárias e/ou pelo desconhecimento de alguns temas críticos para o bom funcionamento das operações da organização. Este cenário potencialmente compromete a eficiência e a eficácia das atividades desenvolvidas pelos colaboradores.	4	4	5	4	4,5	4,0	18		Desenvolvimento de um programa de comunicação interna eficaz para promover a conscientização sobre a importância da capacitação. Isso inclui o uso de canais de comunicação interna, como e-mails, intranet, reuniões e murais, para destacar os benefícios pessoais e profissionais da participação nos cursos oferecidos.	FRACO	0,8	14	ALTO
		3. Ausência de oferta de cursos de formação continuada, graduação e pós graduação lato e stricto sensu.	1. Prejuízo à qualificação do público interessado (alunos, servidores, etc); 2. Prejuízo no fomento à inovação e à pesquisa; 3. Impacto nos indicadores institucionais e avaliações externas relacionadas.	A falta de participação dos servidores em cursos pode resultar em prejuízos na qualificação do público, prejudicar a inovação e a pesquisa, além de afetar indicadores institucionais. É crucial promover a participação para evitar impactos negativos na eficiência e desempenho organizacional.	2	2	3	4	2,5	3,0	8			INEXISTENTE	1	8	MODERADO
		1. Recursos Humanos Insuficiente;	Os eventos elencados impactam negativamente quanto ao aumento das ações de Educação à Distância do IFSertãoPE, principalmente quanto à oferta de cursos EaD, alunos matriculados, crescimento da relação aluno-professor, número de objetos e materiais de aprendizagem, bem como, capacitação de servidores.	A insuficiência de recursos humanos pode restringir o avanço das atividades de Educação à Distância no IFSertãoPE, afetando diversos aspectos como oferta de cursos, matrículas, relação aluno-professor, produção de materiais e capacitação dos servidores.	3	3	4	5	3,5	4,0	14			INEXISTENTE	1	14	ALTO

Política e Programas de Educação na modalidade educação à distância	2. Inexistência de Programas de Fomento;	Os eventos elencados impactam negativamente quanto ao aumento das ações de Educação à Distância do IFSertãoPE, principalmente quanto à oferta de cursos EaD, alunos matriculados, crescimento da relação aluno-professor, número de objetos e materiais de aprendizagem, bem como, capacitação de servidores.	A inexistência de programas de fomento representa um risco para a capacidade de impulsionar o crescimento e desenvolvimento de iniciativas específicas. Essa falta pode ter impactos adversos na expansão das ações de Educação à Distância do IFSertãoPE	2	2	3	4	2,5	3,0	8	INEXISTENTE	1	8	MODERADO
	3. Falta de Estrutura Física e insuficiência dos recursos tecnológicos nos Campis e Reitoria;	Os eventos elencados impactam negativamente quanto ao aumento das ações de Educação à Distância do IFSertãoPE, principalmente quanto à oferta de cursos EaD, alunos matriculados, crescimento da relação aluno-professor, número de objetos e materiais de aprendizagem, bem como, capacitação de servidores.	A insuficiência de infraestrutura física e recursos tecnológicos nos Campis e na Reitoria representa um desafio crucial para a expansão das iniciativas de Educação à Distância (EaD) no IFSertãoPE. Essa limitação pode comprometer a oferta de cursos, reduzir matrículas, impactar a relação aluno-professor, prejudicar a produção de materiais e limitar a capacitação dos servidores.	2	2	4	5	3	3,5	11	INEXISTENTE	1	11	MODERADO
	4. Falta de Recursos Financeiros para Capacitação;	Os eventos elencados impactam negativamente quanto ao aumento das ações de Educação à Distância do IFSertãoPE, principalmente quanto à oferta de cursos EaD, alunos matriculados, crescimento da relação aluno-professor, número de objetos e materiais de aprendizagem, bem como, capacitação de servidores.	A falta de recursos financeiros para capacitação representa um risco crítico. Investimentos estratégicos são essenciais para superar esse desafio, garantindo a qualidade e eficácia das operações de EaD.	2	2	3	4	2,5	3,0	8	INEXISTENTE	1	8	MODERADO
	5. Inexistência ou insuficiência dos controles institucionais quanto ao aproveitamento da formação oriunda da educação à distância.	Os eventos elencados impactam negativamente quanto ao aumento das ações de Educação à Distância do IFSertãoPE, principalmente quanto à oferta de cursos EaD, alunos matriculados, crescimento da relação aluno-professor, número de objetos e materiais de aprendizagem, bem como, capacitação de servidores.	A ausência ou inadequação dos controles institucionais para otimizar a formação proveniente da Educação à Distância (EaD) configura um risco relevante para o IFSertãoPE. Essa lacuna pode acarretar impactos desfavoráveis, comprometendo a ampliação das iniciativas de EaD.	1	2	4	4	2,5	3,0	8	INEXISTENTE	1	8	MODERADO
Acompanhamento do processo pedagógico do discente	1. Ausência de servidores da equipe multidisciplinar designados para atuar na EAD, em cada Campus, para acompanhar os alunos e professores presencialmente e no ambiente virtual de aprendizagem.	1. Evasão, falta de suporte técnico, pedagógico, psicológico, assistencial e administrativo; 2. Desmotivação do aluno; 3. Falta de conhecimento nas disciplinas básicas; 4. Elevação do custo de formação do aluno.	A ausência de servidores designados para atuar na Educação a Distância (EAD) em cada Campus representa um risco substancial. Isso pode resultar em evasão dos alunos devido à falta de suporte técnico, pedagógico, psicológico, assistencial e administrativo.	2	2	4	4	3	3,0	9	INEXISTENTE	1	9	MODERADO
	2. Falta de acompanhamento pelo professor e coordenador pedagógico	1. Evasão, falta de suporte técnico, pedagógico, psicológico, assistencial e administrativo; 2. Desmotivação do aluno; 3. Falta de conhecimento nas disciplinas básicas; 4. Elevação do custo de formação do aluno.	A falta de acompanhamento pelo professor e coordenador pedagógico representa um risco significativo na modalidade de Educação a Distância (EAD). A desmotivação do aluno é um dos impactos resultante dessa carência, podendo resultar em evasão.	2	2	3	4	2,5	3,0	8	INEXISTENTE	1	8	MODERADO
Atuação da Educação à Distância no ensino presencial	1. Dificuldades de acesso, devido à falta de recursos tecnológicos ou conectividade, para alunos e professores	1. Prejuízo à continuidade do processo de aprendizado; 2. Resistência dos docentes ou dificuldades com os métodos de ensino online.	Possibilidade de impactos negativos ou eventos indesejados que podem surgir devido à implementação e integração entre essas duas modalidades de ensino. Esse risco abrange uma variedade de fatores, desde questões tecnológicas e de qualidade educacional até desafios sociais e de adaptação.	2	3	3	4	2,5	3,5	9	INEXISTENTE	1	9	MODERADO
	2. Dificuldades de Adaptação dos Professores	1. Prejuízo à continuidade do processo de aprendizado; 2. Resistência dos docentes ou dificuldades com os métodos de ensino online.	As dificuldades de adaptação dos professores à Educação a Distância (EAD), especialmente quando integrada ao ensino presencial, podem resultar em prejuízo à continuidade do processo de aprendizado. A resistência dos docentes ou suas dificuldades com os métodos de ensino online podem impactar diretamente na qualidade do ensino.	2	3	3	4	2,5	3,5	9	INEXISTENTE	1	9	MODERADO
	3. Falta de equidade no acesso	1. Prejuízo à continuidade do processo de aprendizado; 2. Resistência dos docentes ou dificuldades com os métodos de ensino online.	A falta de equidade no acesso à Educação a Distância (EAD) representa um risco substancial. Isso pode resultar em prejuízo à equidade, dificultando a inclusão de alunos de diferentes perfis socioeconômicos. O impacto na diversidade e representatividade pode levar à possível evasão de alunos menos favorecidos.	2	3	4	4	3	3,5	11	INEXISTENTE	1	11	MODERADO

Gestão das Políticas e Programas da Educação à Distância	Captação de recursos	Falta de elaboração de projetos em tempo hábil ou elaboração de projetos urgentes.	Perda dos prazos para recebimento dos recursos ou execução de forma intempestiva sem organização adequada.	A falta de elaboração oportuna ou a urgência na preparação de projetos é um risco significativo para a captação de recursos, podendo resultar na perda de oportunidades de financiamento devido à dificuldade em preparar propostas eficazes dentro dos prazos estabelecidos.	1	3	2	4	1,5	3,5	5		INEXISTENTE	1	5	MODERADO
	Convênios na modalidade EAD	Não cumprimento das disposições dos documentos regulatórios	1. Não execução de cursos tanto nos Campi quanto nas cidades de abrangência do IF Sertão PE. 2. Prejuízos às prestações de contas	Não cumprimento das disposições dos documentos regulatórios envolve a possibilidade de não execução de cursos nos Campi e nas cidades abrangidas pelo IF Sertão PE, bem como prejuízos nas prestações de contas.	1	2	3	4	2	3,0	6	Já existe normativa para realização de convênios. Após articulação com os polos, segue o acompanhamento sistemático do fluxo processual dos serviços que serão ofertados.	FRACO	0,8	5	MODERADO
	Prestação de contas e acompanhamento dos recursos liberados na modalidade EAD	Falta de relatórios semestrais/ anuais de pagamentos por programas ou cursos ofertados pelo IF Sertão PE ou falha no acompanhamento dos relatórios elaborados.	Ausência de informações para planejamentos futuros.	A falta de relatórios compromete o planejamento futuro, resultando na ausência de informações cruciais para decisões estratégicas.	1	2	3	4	2	3,0	6		INEXISTENTE	1	6	MODERADO
	Processo seletivo dos colaboradores	1. Elaboração de editais de forma intempestiva, bem como a falta de participação de uma comissão permanente responsável pelos editais.	1. Falhas na execução do processo seletivo, bem como na execução dos cursos; 2. Favorecimento de interesse privado em detrimento ao público; 3. Danos à imagem institucional; 4. Prejuízo à isonomia entre os inscritos; 5. Atraso no calendário dos cursos envolvidos.	A elaboração intempestiva de editais representa um risco para a instituição, envolvendo possíveis desafios em processos seletivos e na execução de cursos.	1	2	3	5	2	3,5	7		INEXISTENTE	1	7	MODERADO
		2. Não existência de sistema informatizado.	1. Falhas na execução do processo seletivo, bem como na execução dos cursos; 2. Favorecimento de interesse privado em detrimento ao público; 3. Danos à imagem institucional; 4. Prejuízo à isonomia entre os inscritos; 5. Atraso no calendário dos cursos envolvidos.	Esse risco pode resultar em falhas operacionais na condução de processos seletivos e na gestão dos cursos oferecidos.	1	3	4	4	2,5	3,5	9		INEXISTENTE	1	9	MODERADO
		3. Falhas na seleção.	1. Falhas na execução do processo seletivo, bem como na execução dos cursos; 2. Favorecimento de interesse privado em detrimento ao público; 3. Danos à imagem institucional; 4. Prejuízo à isonomia entre os inscritos; 5. Atraso no calendário dos cursos envolvidos.	A ocorrência de falhas na seleção de candidatos representa um risco crítico para a instituição, impactando negativamente diversos aspectos. Essas falhas podem resultar em erros na execução do processo seletivo, comprometendo a qualidade e transparência do mesmo.	1	3	3	4	2	3,5	7		INEXISTENTE	1	7	MODERADO
		4. Falhas na publicidade e transparência	1. Falhas na execução do processo seletivo, bem como na execução dos cursos; 2. Favorecimento de interesse privado em detrimento ao público; 3. Danos à imagem institucional; 4. Prejuízo à isonomia entre os inscritos; 5. Atraso no calendário dos cursos envolvidos.	A ineficiência na publicidade e transparência dos procedimentos institucionais acarreta riscos significativos para o bom funcionamento da instituição. A possibilidade de ocorrência de falhas na condução do processo seletivo e na execução dos cursos é iminente, podendo gerar desconfiança por parte da comunidade acadêmica e prejudicar a reputação da instituição.	1	3	4	4	2,5	3,5	9		INEXISTENTE	1	9	MODERADO
	Diretrizes e normas para a EAD	1. Falta de referencial metodológico atualizado sobre modelos didáticos	1. Falta de organização e direcionamento na atuação do processo de ensino-aprendizagem; 2. Formação em desconformidade com as demandas de mercado	A falta de organização e direcionamento adequados no processo de ensino-aprendizagem pode comprometer a qualidade da formação, resultando em uma formação em desconformidade com as demandas de mercado.	1	2	2	4	1,5	3,0	5		INEXISTENTE	1	5	MODERADO
		2. Falta de uniformização e adequação dos Projetos pedagógicos de cursos EaD.	1. Causa deficit na regulamentação interna referente aos procedimentos aplicados a EAD; 2. Falta de organização e direcionamento na atuação do processo de ensino-aprendizagem; 3. Formação em desconformidade com as demandas de mercado; 4. Elaboração de projetos diferentes, que dificultam o gerenciamento dos cursos.	É essencial estabelecer diretrizes claras para garantir consistência e qualidade, alinhando os projetos às demandas do mercado.	1	2	2	4	1,5	3,0	5	Já existem diretrizes pedagógicas claras e abrangentes que servem como referência para a elaboração dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) na modalidade de Educação a Distância (EaD). Os demandantes devem atender aos fluxos de ações definidos nas normativas para solicitação de aprovação de PPC na modalidade EaD.	MEDIANO	0,6	3	BAIXO

Formação continuada na modalidade de EAD	1. Baixa qualidade na Formação de Profissionais	1. Prejuízo à missão institucional; 2. Prejuízo à imagem institucional; 3. Prejuízo aos índices institucionais.	Necessidade de formação de profissionais para atuação na EAD atualizada e alinhada às demandas e dinâmicas da educação online.	1	3	1	5	1	4,0	4	Avaliação de desempenho do corpo docente, incluindo análises regulares de feedback dos alunos, avaliações dos coordenadores e métricas referentes aos índices relacionados a conclusão dos cursos, por parte dos alunos. Já existem normativas internas que orientam para a comprovação de formação e experiência mínima em EaD para atuação nos cursos ofertados na instituição, citando as diversas possibilidades para atendimento a esse critério.	SATISFATÓRIO	0,4	2	BAIXO
	2. Resistência à Mudança por Parte dos Profissionais	Desatualização dos profissionais e defazagem do conhecimento	A relutância em aceitar mudanças por parte dos profissionais é um risco, pois dificulta a adaptação aos novos processos e tecnologias.	2	2	4	4	3	3,0	9		INEXISTENTE	1	9	MODERADO
	3. Insuficiente Interação e Engajamento na Formação	Redução significativa na eficácia do processo de aprendizagem, comprometendo os objetivos estabelecidos.	A carência de participação ativa e envolvimento na formação pode prejudicar a qualidade do ensino e a experiência dos participantes.	2	2	3	4	2,5	3,0	8		INEXISTENTE	1	8	MODERADO
	4. Atuação de profissionais desatualizados	1. Prejuízo à missão institucional; 2. Prejuízo à imagem institucional; 3. Prejuízo aos índices institucionais.	Dificuldades na adaptação a novas ferramentas e metodologias educacionais online. Dificuldades na integração efetiva da EAD na prática educacional.	2	2	3	4	2,5	3,0	8		INEXISTENTE	1	8	MODERADO
Concessão de bolsas	1. Orçamento Insuficiente;	1. Redução no número de bolsas disponíveis; 2. Evasão escolar.	Necessidade de uma revisão cuidadosa dos critérios de seleção, a alocação adequada de recursos, a implementação de sistemas de monitoramento robustos e a avaliação contínua do programa de concessão de bolsas para garantir a eficácia e o alinhamento com os objetivos educacionais e institucionais.	4	4	4	5	4	4,5	18		INEXISTENTE	1	18	ALTO
	2. Falhas no Monitoramento e avaliação	1. Comprometimento dos objetivos institucionais; 2. Prejuízo ao erário; 3. Responsabilização de servidor; 4. Prejuízo ao aluno.	A ocorrência de falhas no monitoramento e avaliação pode acarretar diversas consequências negativas. É crucial mitigar esses riscos por meio de processos eficazes de monitoramento e avaliação.	1	3	3	4	2	3,5	7		INEXISTENTE	1	7	MODERADO
Oferta de cursos EAD	1. Oferta de cursos que não atendam a demanda regional.	1. Evasão e desperdício dos recursos públicos; 2. Prejuízo à missão institucional.	Identificação das necessidades educacionais locais, o desenvolvimento de programas alinhados a essas necessidades e a implementação de estratégias eficazes de marketing para promover a adesão e conscientizar os potenciais participantes sobre a qualidade e relevância dos cursos oferecidos.	2	2	3	5	2,5	3,5	9	Acompanhamento de discente e docente em cada campus por equipe multidisciplinar. Consulta aos campi e comunidade externa das demandas de cursos para oferta local. Há estudo de viabilidade? Acompanhamento dos egressos?	FRACO	0,8	7	MODERADO
	2. Baixa adesão aos cursos ofertados	1. Evasão e desperdício dos recursos públicos; 2. Prejuízo à missão institucional.	A baixa adesão aos cursos representa um risco significativo, pois pode prejudicar a realização dos objetivos e propósitos da organização.	2	2	3	5	2,5	3,5	9	Consulta aos polos e Campi para a oferta de novos cursos	FRACO	0,8	7	MODERADO
Processo Seletivo dos Cursos Técnicos de Nível Médio.	1. Não preenchimento das vagas em alguns Campi.	Redução de alunos matriculados na Instituição	A maioria das vagas são preenchidas, quando ocorre é feito edital complementar para preenchimento das mesmas.	2	2	3	5	2,5	3,5	9		INEXISTENTE	1	9	MODERADO
	2. Inobservância das cotas previstas legalmente	Desobediência à legislação	O editais dos Processos Seletivos de Cursos Técnicos é aplicado a Lei de cotas.	1	1	1	4	1	2,5	3		INEXISTENTE	1	3	BAIXO
	3. Inadequação do método de seleção ao público alvo	1. Redução de alunos matriculados na Instituição; 2. Evasão escolar.	O processo é feito com análise de currículo, decisão da Instituição para atingir um número maior de alunos.	1	2	3	5	2	3,5	7		INEXISTENTE	1	7	MODERADO
	4. Inadequação de cursos e turmas ofertadas à estrutura física e de pessoal disponíveis no Campus	1. Evasão escolar; 2. Indisponibilidade de pessoal e de estrutura para viabilizar a oferta do curso.	O levantamento de vagas é feito dentro de um estudo feito pela direção de ensino do Campus atendendo vários fatores.	2	2	2	4	2	3,0	6		INEXISTENTE	1	6	MODERADO
	5. Falha na condução do processo seletivo	Seleção em desacordo com as disposições do edital		2	2	2	3	2	2,5	5		INEXISTENTE	1	5	MODERADO
Processo seletivo para ingresso de Portadores de diplomas e outros.	1. Não preenchimento das vagas em alguns Campi.	1. Redução de alunos matriculados na Instituição; 2. Desobediência à legislação; 3. Evasão escolar; 4. Indisponibilidade de pessoal e de estrutura para viabilizar a oferta do curso; 5. Seleção em desacordo com as disposições do edital.	O edital é publicado, porém realmente a procura é pouca nos cursos ofertados em especial nos Campi Ouricuri e Serra Talhada.	2	3	4	5	3	4,0	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
	2. Inadequação do método de seleção ao público alvo	1. Redução de alunos matriculados na Instituição; 2. Evasão escolar.	Segue o modelo das Instituições	2	3	2	3	2	3,0	6		INEXISTENTE	1	6	MODERADO
	4. Inadequação de cursos e turmas ofertadas à estrutura física e de pessoal disponíveis no Campus	1. Evasão escolar; 2. Prejuízo aos objetivos institucionais	Os cursos ofertados no IFSertãoPE, são baseados em estudos e audiência pública.	2	3	3	4	2,5	3,5	9	Os cursos ofertados no IFSertãoPE, são baseados em estudos e audiência pública.	MEDIANO	0,6	5	MODERADO
	5. Falha na condução do processo seletivo	1. Redução de alunos matriculados na Instituição; 2. Seleção em desacordo com as disposições do edital.		2	3	2	3	2	3,0	6		INEXISTENTE	1	6	MODERADO
Processos Seletivos	1. Não preenchimento das vagas em alguns Campi.	Redução de alunos matriculados na Instituição	O número de vagas para o curso não está fundamentado em estudos quantitativos e qualitativos.	2	4	3	5	2,5	4,5	11		INEXISTENTE	1	11	FALSE

	Processo seletivo para ingresso dos cursos de graduação pelo SISU	2. Inobservância das cotas previstas legalmente	1. Redução de alunos matriculados na Instituição; 2. Desobediência à legislação	2. No tocante as cotas os editais do Sisu atende 100% a lei.			3	5	3	5,0	15		INEXISTENTE	1	15	ALTO	
		3. Inadequação de cursos e turmas ofertadas à estrutura física e de pessoal disponíveis no Campus	1. Redução de alunos matriculados na Instituição; 2. Evasão escolar; 3. Prejuízo aos objetivos institucionais.	Os cursos são ofertados através de audiência pública e estudo de viabilidade realizada em cada Campus em observância aos Instrumentos de avaliação dos Cursos Superiores estabelecidos pelo MEC.			3	4	3	4,0	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO	
		4. Falha na execução do processo seletivo	1. Redução de alunos matriculados na Instituição; 2. Evasão escolar; 3. Seleção em desacordo com as disposições do edital.	5. No processo seletivo do Sisu não temos nenhuma evidência de falha.			3	5	3	5,0	15		INEXISTENTE	1	15	ALTO	
	EJA-EPT	1. Não oferta de vagas na modalidade EJA-EPT	1. Não atendimento às demandas locais de acesso à educação; 2. Inviabilidade das turmas.	Enquanto rede federal, o IFSertãoPE deve-se ofertar 10% das vagas para a modalidade EJA-PE. É importante cumprir a meta estabelecida à rede, consequentemente os campi precisam adequar a oferta de vagas para, em conjunto, atender à demanda exigida.	3	3	3	5	3	4,0	12	Acompanhamento por meio da Publicação da PNP	MEDIANO	0,6	7	MODERADO	
		2. Não preenchimento das vagas ofertadas	1. Não atendimento às demandas locais de acesso à educação 2. Inviabilidade das turmas	Todas as vagas que foi ofertadas neste programa foram preenchidas.			4	5	4	5,0	20		INEXISTENTE	1	20	ALTO	
Programa de Residência Pedagógica	1. Calendários acadêmicos diferentes entres redes estadual e IFSertãoPE			1	1	1	3	1	2,0	2		INEXISTENTE	1	2	BAIXO		
Políticas de Ensino	Escolha dos cursos e posterior análise de pertinência de cursos ofertados nos diversos Campi do IFSertãoPE.	1. Falta de adequação dos cursos ofertados às necessidades locais	1. Evasão escolar 2. desperdício de recursos públicos 3. baixa inserção de alunos no mercado de trabalho 4. não conclusão de turmas	A falta de adequação às necessidades locais, em virtude da ausência de estudo de viabilidade	2	2	3	5	2,5	3,5	9	Consulta à comunidade externa das demandas de cursos para oferta local, regulamentação interna e aprovação pelo Conselho Superior.	FRACO	0,8	7	MODERADO	
		2. Inadequação de cursos e turmas ofertadas à estrutura física e de pessoal disponíveis no Campus	1. Evasão escolar 2. desperdício de recursos públicos 3. baixa inserção de alunos no mercado de trabalho 4. não conclusão de turmas				3	4	3	4,0	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO	
		3. Inadequação no método de análise de viabilidade do curso	1. Evasão escolar 2. desperdício de recursos públicos 3. baixa inserção de alunos no mercado de trabalho 4. não conclusão de turmas				3	5	3	5,0	15		INEXISTENTE	1	15	ALTO	
		4. Inadequação da oferta de ensino à legislação aplicável	1. Evasão escolar 2. desperdício de recursos públicos 3. baixa inserção de alunos no mercado de trabalho 4. não conclusão de turmas				1	5	1	5,0	5		INEXISTENTE	1	5	MODERADO	
	Elaboração e atualização dos documentos normativos institucionais.	1. Não atualizar os normativos no tempo previsto.	1. Infringir a legislação vigente 2. Fragilidade nos processos e procedimentos 3. Ausência de institucionalização formal de políticas 4. Inexecução de programas pela ausência de normativas		1	3	4	5	2,5	4,0	10		INEXISTENTE	1	10	MODERADO	
		2. Elaboração dos normativos com falhas técnicas e materiais	1. Infringir a legislação vigente 2. Fragilidade nos processos e procedimentos 3. Ausência de institucionalização formal de políticas 4. Inexecução de programas pela ausência de normativas				3	4	3	4,0	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO	
		3. Ausência de normativos necessários à implementação de políticas, programas e processos	1. Infringir a legislação vigente 2. Fragilidade nos processos e procedimentos 3. Ausência de institucionalização formal de políticas 4. Inexecução de programas pela ausência de normativas				4	5	4	5,0	20		INEXISTENTE	1	20	ALTO	
	Organização do calendário acadêmico	Treinamento e capacitação docente	1. Impossibilidade de realização do Encontro de Educadores	1. Redução na formação docente 2. insatisfação da categoria 3. déficit no ensino-aprendizagem	Recursos insuficientes para deslocamentos e demais logísticas; impossibilidade de suspensão das aulas dos docentes, o que diminui consideravelmente a participação da categoria, em média 20%;	2	2	2	4	2	3,0	6		INEXISTENTE	1	6	MODERADO
			2. Baixa adesão ao Encontro de Educadores ou outro evento de capacitação docente	1. Redução na formação docente, insatisfação da categoria; 2. Déficit no ensino-aprendizagem				3	4	3	4,0	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO
		Elaboração dos calendários	1. Ausência de uniformização com as definições oriundas do Governo Federal	1. Prejuízo às atividades do Campus 2. Início do ano letivo sem aprovação do calendário		1	1	2	4	1,5	2,5	4		INEXISTENTE	1	4	BAIXO

	acadêmicos	2. Falha no processo de elaboração e aprovação do calendário acadêmico	1. Prejuízo às atividades do Campus 2. Início do ano letivo sem aprovação do calendário			2	4	2	4,0	8		INEXISTENTE	1	8	MODERADO	
Política Pedagógica e matriz curricular	Atualização dos projetos de cursos.	1. Demora na designação e nos trabalhos das comissões	1. Retrabalho por parte da comissão em decorrência da morosidade na conclusão dos trabalhos e atualização dos normativos aplicáveis	1	2	3	5	2	3,5	7		INEXISTENTE	1	7	MODERADO	
		2. Inadequação da atualização do projeto	1. Retrabalho por parte da comissão em decorrência da morosidade na conclusão dos trabalhos e atualização dos normativos aplicáveis			3	5	3	5,0	15		INEXISTENTE	1	15	ALTO	
	Elaboração de novos projetos de cursos a partir de demandas apresentadas.	1. Não oferta do curso em decorrência de indisponibilidade de docentes de disciplinas específicas	1. Não cumprimento dos objetivos estratégicos 2. Não cumprimento da missão institucional	1	1	3	5	2	3,0	6		INEXISTENTE	1	6	MODERADO	
		2. Morosidade na elaboração do projeto	1. Não cumprimento dos objetivos estratégicos 2. Não cumprimento da missão institucional 3. Ocorrência de desídia pelos servidores morosos			4	5	4	5,0	20		INEXISTENTE	1	20	ALTO	
Programa de Tecnologia Educacional.	PIT e RIT Eletrônico.	1. Informações postas de forma incongruente	1. Gerar inconsistência nos dados	2	2	4	4	3	3,0	9	1. Coordenadores de cursos validam, ou não as informações e podem pedir ajustes caso seja pertinente.	MEDIANO	0,6	5	MODERADO	
		2. Não preenchimento do PIT e RIT	1. Responsabilização por descumprimento do dever funcional			4	4	4	4,0	16		INEXISTENTE	1	16	ALTO	
		3. Não cumprimento das horas aulas	1. Responsabilização por descumprimento do dever funcional 2. Comprometimento do alcance dos objetivos estratégicos			4	4	4	4,0	16		INEXISTENTE	1	16	ALTO	
		4. Não complementação das atividades docentes	1. Uso ineficiente do força de trabalho podendo o docente ser posto em disponibilidade			4	5	4	5,0	20		INEXISTENTE	1	20	ALTO	
		5. Distribuição inadequadas das horas aulas	1. Excesso de horas aula por docente			4	4	4	4,0	16		INEXISTENTE	1	16	ALTO	
Programa de Certificação	Certificação pelo ENCCEJA.	1. O Candidato não comparece para solicitar a certificação.	1. Redução no número de certificados emitidos pela Instituição.	A procura pela certificação é considerável.	1	1	3	4	2	2,5	5	INEXISTENTE	1	5	MODERADO	
Permanência e êxito dos estudantes	Promover a eficiência acadêmica.	1. Não conclusão do Ciclo	1. Queda nos níveis de permanência 2. Aumento do custo de formação do aluno 3. Redução da dotação orçamentária 4. Descumprimento da missão institucional	A retenção e a evasão escolar motivada por fatores externos e internos a instituição, se dá quando o aluno não consegue concluir com êxito todas as etapas da vida escolar.			5	5	5	5,0	25	Implantação do Plano de Permanência e êxito dos Estudantes do IFSertãoPE; Designação, em todos os Campi, de comissões para o acompanhamento e desenvolvimento das ações estabelecidas no referido plano; promoção de capacitação dos membros dessas comissões mediante a realização do Workshop Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSertãoPE	FRACO	0,8	20	ALTO
		2. Alto índice de evasão no ciclo	1. Queda nos níveis de permanência 2. Aumento do custo de formação do aluno 3. Redução da dotação orçamentária 4. Descumprimento da missão institucional				5	5	5	5,0	25		INEXISTENTE	1	25	ALTO
		3. Alto índice de retenção	1. Queda nos níveis de permanência 2. Aumento do custo de formação do aluno 3. Redução da dotação orçamentária 4. Descumprimento da missão institucional				3	5	3	5,0	15		INEXISTENTE	1	15	ALTO
		4. Acesso precário aos Campi;	1. Queda nos níveis de permanência 2. Impacto negativo nas avaliações externas (MEC,...)	O difícil acesso a Instituição de Ensino decorrente da falta de linha regular de ônibus ou da falta de recurso financeiro para garantir o deslocamento e ainda, dificuldades no acompanhamento dos conteúdos são fatores que concorrem para a retenção e a evasão escolar.			4	5	4	5,0	20	Monitoramento, ao final de cada ano letivo, das ações do plano de permanência e êxito com vistas ao aperfeiçoamento do referido plano	FRACO	0,8	16	ALTO
		5. Déficit de aprendizagem	1. Queda nos níveis de permanência 2. Impacto negativo nas avaliações externas (MEC,...)				4	5	4	5,0	20		INEXISTENTE	1	20	ALTO
		1. Demora no processo de integração do releia ao SUAP;	1. Descumprimento legal das normativas pertinentes com risco de responsabilização 2. Baixo aproveitamento da produção acadêmica 3. Descumprimento dos objetivos estratégicos institucionais			3	4	3	4,0	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO	

Acervo institucional	Gerenciamento do Repositório Institucional	2. Atrasos na elaboração da política de depósito do releia;	1. Descumprimento legal das normativas pertinentes com risco de responsabilização 2. Baixo aproveitamento da produção acadêmica 3. Descumprimento dos objetivos estratégicos institucionais			2	4	2	4,0	8		INEXISTENTE	1	8	MODERADO		
		3. Ausência de capacitação para que a equipe de bibliotecários, analista de TI e demais gestores responsáveis pelo repositório possam administrar o ambiente digital do releia e elaborar suas políticas com maior propriedade e celeridade;	1. Descumprimento legal das normativas pertinentes com risco de responsabilização 2. Baixo aproveitamento da produção acadêmica 3. Descumprimento dos objetivos estratégicos institucionais			3	4	3	4,0	12		INEXISTENTE	1	12	ALTO		
		4. Ausência de uma política de preservação digital a médio prazo.	1. Descumprimento legal das normativas pertinentes com risco de responsabilização 2. Baixo aproveitamento da produção acadêmica 3. Descumprimento dos objetivos estratégicos institucionais			4	5	4	5,0	20		INEXISTENTE	1	20	ALTO		
	Aquisição de acervo	1. Risco de falta de orçamento para investimento na aquisição do acervo	1. Acervos defasados em curto e médio prazo; 2. Não cumprimento dos parâmetros de avaliação do MEC referente aos indicadores "bibliografia básica e completar" dos cursos de graduação; 3. redução do interesse dos alunos e servidores em buscar a biblioteca para atender sua necessidades informacionais, devido a defasagem do acervo.	Essencial para atualização e sustentabilidade do acervo de acordo com os critérios de avaliação do MEC para os cursos superiores; garantir o atendimento das necessidades informacionais da comunidade acadêmica de acordo com os PPC dos cursos, os projetos de extensão e pesquisa; Melhorar o nível de satisfação da comunidade acadêmica perante a biblioteca no âmbito das suas coleções.	2	2	3	4	2,5	3,0	8		INEXISTENTE	1	8	MODERADO	
		2. Aquisição de acervo inadequado	1. Acervos defasados em curto e médio prazo; 2. Não cumprimento dos parâmetros de avaliação do MEC referente aos indicadores "bibliografia básica e completar" dos cursos de graduação; 3. redução do interesse dos alunos e servidores em buscar a biblioteca para atender sua necessidades informacionais, devido a defasagem do acervo.			4	4	4	4,0	16		INEXISTENTE	1	16	ALTO		
	Produtos, serviços e sistemas Integrados	Inexistência ou inadequação das políticas e sistemas (SIBI), desenvolvimento das coleções, fluxo de depósito/arquivamento da produção acadêmica no Releia)	1. Prejuízo a uma gestão sustentável e eficiente no âmbito das atribuições e competências das equipes das bibliotecas; 2. Comprometimento do processo de organização e tratamento da informação, afetando a acessibilidade, usabilidade e agilidade no processo de busca e recuperação da informação; 3. Impossibilidade da formação de coleções de acordo com os objetivos da instituição, permitindo um processo de seleção sistematizado e consciente.	Equipe de bibliotecárias insuficiente ou possuir muitas demandas administrativas em suas unidades.	3	3	3	4	3	3,5	11		INEXISTENTE	1	11	MODERADO	
	Indicadores PROEN	Avaliação dos índices gerais	1. Índice de eficiência acadêmica - Diminuição de taxas de eficiência acadêmica	1. Queda nos níveis de permanência 2. Aumento do custo de formação do aluno 3. Redução da dotação orçamentária 4. Descumprimento da missão institucional			5	5	5	5,0	25		INEXISTENTE	1	25	ALTO	
			2. Índice geral de cursos (IGC) - Índice abaixo da nota mínima	1. Impacto na dotação orçamentária 2. Subutilização da estrutura e recursos institucionais 3. Descumprimento da missão institucional	O curso com a nota inferior a 3 impossibilita novos ingressos.	2	2	3	5	2,5	3,5	9		INEXISTENTE	1	9	MODERADO
			3. Índice de alcance do programa de apoio a estudantes com necessidades educacionais específicas - Redução nas políticas inclusivas	1. Não atendimento dos alunos com necessidades educacionais específicas 2. Não atendimento da legislação que trata do acesso e permanência de alunos com necessidades educacionais específicas		2	2	4	5	3	3,5	11		INEXISTENTE	1	11	MODERADO

		4. Índice de Eficiência Acadêmica dos estudantes atendidos pelo programa específico de assistência estudantil - O estudante assistido pelo programa específico da Assistência Estudantil não alcança o mínimo do desempenho acadêmico esperado	1. A ineficiência daquele Programa da Política para o êxito do estudante 2. Descumprimento da missão institucional 3. Prejuízo financeiro para a instituição 4. Prejuízo na formação do aluno		2	2	4	5	3	3,5	11		INEXISTENTE	1	11	MODERADO
--	--	--	--	--	---	---	---	---	---	-----	----	--	-------------	---	----	----------